

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOSSISTEMAS**

**A PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS DO  
PLANALTO NORTE CATARINENSE SOBRE A (IN)  
VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS  
MULHERES.**

**ZAIRA ANISLEN F. MOUTINHO**

**Florianópolis, novembro de 2010**



**ZAIRA ANISLEN F. MOUTINHO**

**A PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS DO PLANALTO  
NORTE CATARINENSE SOBRE A (IN) VISIBILIDADE DA  
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.**

Dissertação apresentada como  
requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre em Agroecossistemas,  
Programa de Pós-Graduação em  
Agroecossistemas, Centro de Ciências  
Agrárias, Universidade Federal de  
Santa Catarina.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Claire Marie Thuillier Cerdan

FLORIANÓPOLIS  
2010

Moutinho, Zaira Anislen F.

A perspectiva das lideranças políticas do planalto norte catarinense sobre a (in) visibilidade da participação política das mulheres Florianópolis SC. - 2010.

Orientador: Professora Dra. Claire Cerdan

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia: f. 95-102

1 Participação política das mulheres 2. Micropolítica e Macropolítica 3. Alternativas inovadoras no espaço rural. 4. Guerra do Contestado. I. Título.

## **ZAIRA ANISLEN F. MOUTINHO**

Dissertação aprovada em 29 de novembro de 2010, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas - PGA, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

---

Dra. Claire Marie T. Cerdan  
**Orientadora**

---

Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho  
**Coordenador do PGA**

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Ademir Antonio Cazella  
Presidente

---

Dr. Luiz Renato D'Agostini  
Membro

---

Dr. Clarilton E. D. C. Ribas  
Membro

---

Dr<sup>a</sup>. Mirian Hartung (UFSC)  
Membro externo

Florianópolis, 29 de novembro de 2010.



## **Dedicatória**

Para meus pais, Aparecida e Cloves, exemplos de superação,

Para Eduardo, meu querido,

Para Ravi, minha alegria,

Para minhas avós Nelsina e Lurdes, mulheres lutadoras e  
generosas.

Para meus avôs Adão e José pelos olhares atentos e carinhosos  
para o futuro.





## **Agradecimentos**

Ao programa de pós graduação em agroecossistemas e a todos os professores(as) que o constroem todos os dias, especialmente aos (as) professores(as) Claire Cerdan, Ademir A. Cazella, Clarilton E. D. C. Ribas. Ao professor Aparecido Lima pelo apoio no trabalho de campo no Planalto Norte.

Ao Guto, que me acompanhou nos trabalhos de campo.

À Marina e ao Adinor, amigos que discutiram comigo este trabalho de pesquisa e me auxiliaram a perceber algumas de suas fragilidades e superá-las.

Ao Eduardo e seus pais, por terem me apoiado em todo esse processo.

À Nazaré, que fez a revisão deste material e do artigo produzido com a pesquisa.

A Jenifer, Carol, Guiga e Heitor, amigas(o), pelas dicas e apoio.

Especialmente a minha mãe, que me ajudou de todas as maneiras que pode para a finalização desse trabalho.



## RESUMO

Diferentes perspectivas sobre a participação política das mulheres são colocadas em evidência nesse trabalho. Por um lado, as lideranças femininas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Planalto Norte Catarinense (MST-PN), à Associação de Pequenos Grupos Agroecológicos de Canoinhas e Região (AGRUPAR) e à Associação Comunitária da Campininha (ACC). Por outro, as lideranças masculinas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Planalto Norte Catarinense (SINTRAF- PN), os representantes do poder público ligados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - regional Santa Catarina (INCRA-SC), ao Programa Territórios Rurais e ao poder público municipal. Foi possível perceber que as lideranças femininas do MST e AGRUPAR se reportam a estrutura interna das famílias agricultoras familiares como limitadora para o ativismo político das mulheres na macropolítica. Dessa maneira, elas apontam as responsabilidades do trabalho (reprodutivo e produtivo) no interior das propriedades e a conseqüente dificuldade para as mulheres se ausentarem de casa e falta de tempo. Entre as lideranças da ACC as falas sobre as dificuldades de participação recaem sobre a cultura das mulheres caboclas e indica a existência de um conflito entre as mulheres caboclas e as descendentes de Ucrânicos, Poloneses e Alemães. Quando comparamos as perspectivas das lideranças femininas (AGRUPAR e MST) e das lideranças masculinas ligadas ao SINTRAF-PN, percebemos um distanciamento, pois os últimos resgatam os elementos da Guerra do Contestado e das políticas públicas que beneficiam as mulheres no espaço rural para explicar a pouca participação das mulheres. No entanto, a perspectiva dos entrevistados representantes do Poder Público Federal, se aproxima das falas das lideranças femininas, pois consideram a estrutura familiar como impedimento para a participação das mulheres. Também buscou-se colocar em evidência as microexperiências protagonizadas por mulheres no espaço rural do Planalto Norte e suas contribuições: a AGRUPAR constitui um pequeno núcleo de famílias coordenado por mulheres, que optaram, na década de 80, por abandonar a fumicultura e fazer a transição da propriedade para a produção agroecológica, contribuindo com a disseminação de alternativas de renda e produção agroecológica no Planalto Norte. Também a ACC é uma organização comunitária com protagonismo das mulheres. Essa associação tem sua história ligada ao conflito entre

famílias agricultoras da comunidade e o exército pela disputa da área chamada “Campo da Cruz”. Com base nas falas das lideranças femininas sobre as dificuldades de participar da macropolítica e sobre as microexperiências que lideram, concluimos que o protagonismo político das mulheres nos pequenos grupos, associações e no interior dos assentamentos e acampamentos do MST se constitui como uma estratégia encontrada pelas mulheres para exercerem sua ação política sem entrar em conflito com o papel social que desempenham no interior das famílias da agricultura familiar.

**Palavras-Chaves:** Participação Política das Mulheres Rurais, Microexperiências, Micropolítica.

## ABSTRACT

Different perspectives about women's political engagement are highlighted in this work. On one side, female leaders of the Landless Workers' Movement in North Planalto Catarinense (MST-PN), the Association of Small Agroecological Groups of Canoinhas and Region (AGRUPAR) and to the Community Association of Campininha (ACC). On the other, male leaders of the Workers in Family Agriculture of the North Planalto Catarinense (SINTRAF- PN) and the government representatives with the National Institute for Settlements and Land Reform regional branch in the state of Santa Catarina (INCRA-SC), the Rural Territories Program and representatives of the municipal government. It was possible to note that the MST and the AGRUPAR female leaders regard the internal structure of family agriculture families as limiting to political activism of women in macropolitics. Thus, they mention their work responsibilities (reproductive and productive) in the estates, the consequent difficulty for women to be away from home and the lack of time. ACC leaders speak of the difficulties in participation due to the culture of *caboclo* women and point out the existence of a conflict between *caboclo* women and those descending from European immigrants (Ukrainians, Polish and German). When we compare the perspectives of female leaders (AGRUPAR and MST) and male leaders of SINTRAF-PN, we note a difference, for men rescue the elements of the Contestado War and of the public policies that benefit women in the rural space, to explain women's little opportunity for activism. However, the perspective of the interviewees representing the Federal Government is similar to those of the female leaders, for they consider family structure as an impediment to women's participation in macropolitics. Also we tried to highlight the micro-experiences protagonized by women in the rural space of North Planalto and their contribution. AGRUPAR is a small nucleus of families coordinated by women who chose, in the 1980's, to give up tobacco farming and turn the land into agroecological farming, contributing with the dissemination of income alternatives and agroecological production in North Planalto. ACC is a community organization with female protagonism, whose history goes back to the conflict between family agriculture families and the Army for the ownership of the area named "Campo da Cruz". Based on the female leaders' expressed views about the difficulties to participate in macropolitics and the microexperiences they lead, we conclude that political protagonism of women in small

groups, associations and within MST camps and settlements is a strategy found by those women to exercise political actions while avoiding conflict with their social role in family agriculture families.

**Keyowrds:** Rural women's political participation, microexperiences, micropolitics.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
2.1 Técnica de pesquisa.....	21
2.2. Trabalho de campo.....	22
<b>3. HISTÓRICO DA REGIÃO DO PLANALTO NORTE CATARINESE.....</b>	<b>25</b>
<b>4. A SITUAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL E SEU PROTAGONISMO EM PEQUENAS ASSOCIAÇÕES, GRUPOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....</b>	<b>33</b>
4.1 A situação social das mulheres no Brasil.....	33
4.2 A organização das mulheres e o movimento das mulheres rurais .....	43
4.3 Micropolítica: o protagonismo em pequenas associações grupos e movimentos.....	46
<b>5. EXPERIÊNCIAS COM PROTAGONISMO DAS MULHERES.....</b>	<b>56</b>
5.1 AGRUPAR.....	56
5.2 ACC.....	66
<b>6. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO.....</b>	<b>73</b>
6.1 A memória sobre a participação das mulheres.....	73
6.2 Os espaços da memória institucionalizada.....	74
6.3 A participação das mulheres atualmente: o olhar das lideranças femininas.....	78
6.4 O olhar do “outro”: algumas perspectivas masculinas sobre a questão.....	85
6.5 A micropolítica como estratégia de ação.....	87
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>92</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>95</b>
<b>9. ANEXO: Questionários.....</b>	<b>102</b>

## **LISTA DE TABELAS**

1. Relação das categorias entrevistadas.....	24
2. Produto Interno Bruto por setor (2008).....	30
3. Tempo dedicado aos “afazeres domésticos” segundo o sexo.....	34
4. Taxa de precariedade do emprego segundo sexo e escolaridade.....	36
5. Distribuição de mulheres segundo o tipo de violência.....	42



## LISTA DE FIGURAS

1. Localização dos municípios do trabalho de campo.....	23
2. Mapa de localização do Planalto Norte.....	25
3. Proporção de áreas ocupadas no Planalto Norte-SC por faixa de tamanho dos estabelecimentos.....	28
4. Incidência de agricultores familiares, assentados e grupos que postulam acesso à terra.....	29
5. Tempo dedicado aos “afazeres domésticos” segundo sexo e estudo.....	35
6. Concentração fundiária no Brasil.....	39
7. Famílias assentadas e famílias em ocupação.....	40
8. Participação das mulheres na Reforma Agrária.....	41
9. Logomarca da AGRUPAR.....	58
10. Feira livre de Canoinhas.....	59
11. Produtos da feira livre de Canoinhas.....	60
12. Sistema de relações da AGRUPAR.....	64
13. Campo de treinamento do exército em Três Barras.....	68
14. Evento na comunidade Campininha - final da década de 80.....	69
15. Mobilização no centro de Três Barras - final da década de 70.....	69
16. Sistema de relações da ACC.....	71

## **LISTA DE SIGLAS**

**ACC:** Associação Comunitária da Campininha

**AGRUPAR:** Associação de Pequenos Grupos Agroecológicos de Canoinhas e Região

**AIMTR(sul):** Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul

**CEBs:** Comunidades Eclesiais de Base

**CEPA:** Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

**CEPAGRI:** Centro de Promoção do Pequeno Agricultor

**CMDRS:** Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável

**COMSOL:** Cooperativa de Comercialização solidária

**CUT:** Central Única dos Trabalhadores

**ECOVIDA:** Rede Ecovida de Agroecologia

**EPAGRI:** Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MDA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MMC:** Movimento das Mulheres Camponesas

**MST:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**PAA:** Programa de Aquisição de Alimentos

**PIB:** Produto Interno Bruto

**PN/SC:** Planalto Norte de Santa Catarina

**PNUD:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PT:** Partido dos Trabalhadores

**SDT:** Secretaria de Desenvolvimento Territorial

**SINTRAF:** Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

## 1. APRESENTAÇÃO

Em um momento em que surgem muitas propostas e experiências em torno de novas políticas de desenvolvimento, em particular de desenvolvimento territorial e busca de maior sustentabilidade, é oportuno examinar e refletir sobre experiências de organizações protagonizadas por mulheres do campo.

De acordo com relatório da ONU, 60% das 1 bilhão de pessoas mais pobres do mundo são mulheres ou meninas e 70% das 130 milhões de crianças que estão fora da escola, são do sexo feminino (PNUD, 2009, p.1). Aliada a isso, a ausência desse segmento da sociedade nos espaços de decisão públicos demonstra a perpetuação de uma hierarquia e exclusão de gênero e constitui um padrão para o crescimento dos indicadores de exclusão.

É fato que, sem o envolvimento das mulheres, pouco se pode construir na direção de novos mecanismos de gestão política que valorizem o local e que tentem radicalizar o paradigma da sustentabilidade. A inserção das mulheres nos espaços de decisão de políticas de desenvolvimento aumenta as chances de sucessos das ações que têm como foco a diminuição da pobreza e crescimento econômico (PNUD, 2009, p.52).

Apesar dessa dificuldade de inserção nos espaços de decisão da macropolítica, sabe-se que as mulheres se organizam em outras esferas, principalmente em movimentos da sociedade civil, como grupos e associações (ANJOS, 2008).

A essas experiências e às mulheres que as lideraram, no entanto, não foi dado grande destaque e a contribuição das organizações com protagonismo feminino foi, de certa forma, pouco valorizada na história (HAHNER, 2003).

Assim, neste trabalho, temos como objetivo principal analisar a percepção das lideranças do campo (homens e mulheres) e dos representantes do poder público em relação aos fatores que potencializam e os que dificultam o protagonismo político das mulheres. Como objetivo específico pretende-se identificar algumas das motivações das lideranças femininas para se organizarem coletivamente no espaço rural do Planalto Norte de Santa Catarina (PN-SC) e dar visibilidade as microexperiências organizacionais lideradas por mulheres na região e suas possíveis contribuições socioeconômicas.

As pesquisas acadêmicas que buscavam destacar o papel socioeconômico das mulheres no desenvolvimento rural ganharam força a partir dos trabalhos de Ester Boserup, na década de 70. Antes disso, as organizações de desenvolvimento percebiam os direitos da mulher rural somente enquanto dona de casa e esposa, como se pode ver em vários programas baseados no estereótipo tradicional.

Com base nessas novas representações, iniciativas têm estimulado a inserção das mulheres nos espaços de decisão da macro-política. Uma delas se relaciona ao espaço da política formal, com a aprovação do sistema de proporcionalidade (cotas)<sup>1</sup> na legislação eleitoral, iniciada nas eleições municipais de 1996 - fato que possibilita tornar visível, na agenda político eleitoral, a sub-representação das mulheres e estabelecer responsabilidades partidárias quanto à alteração desse quadro (ARAUJO, 2001, p.246)<sup>2</sup>.

Outras vertentes de incentivo à participação e visibilidade estão relacionadas aos projetos ou micro-projetos conduzidos por mulheres, que se situam em nível mais local. É nesses projetos “à margem” que, muitas vezes, podemos ler e qualificar as modalidades de intervenção das mulheres.

Pretendemos, portanto, responder às seguintes questões: Quais são as potencialidades e limites para a organizações das mulheres do campo, no Planalto Norte de Santa Catarina, na perspectiva das(os) protagonistas de microexperiências e de movimentos sociais e dos representantes do poder público? Qual o histórico das iniciativas com protagonismo das mulheres? Quais as motivações das mulheres lideranças para se organizarem coletivamente?

---

<sup>1</sup> Com relação às cotas, existem aquelas estipuladas livremente no interior dos partidos políticos e as adotadas via legislação. No último caso, existem aquelas que garantem reserva de assentos a serem ocupados pelas mulheres - modalidade que foi ou vem sendo adotada em alguns países da Ásia e do norte da África; e existem as que se aplicam às eleições, isto é, incidem sobre as listas eleitorais que os partidos irão apresentar, através de um percentual mínimo de reserva das vagas para as mulheres ou para cada sexo. No Brasil, a legislação recai sobre as listas eleitorais, exigindo que 30% dos candidatos sejam mulheres.

<sup>2</sup> Apesar de reconhecer os aspectos positivos da implementação das cotas, Araújo destaca que a iniciativa não tem garantido, no Brasil, impacto sobre o número de candidatas eleitas. Para a autora, entre os “fatores que interferem no processo e determinam resultados diferenciados, mereceram destaque o tipo de sistema eleitoral e mais especificamente de lista eleitoral, a cultura política, além das características da lei de cotas aprovada no país, que tendem a limitar a sua eficácia” (ARAUJO, 2001, p.247)

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 Técnica de pesquisa

Para realização do trabalho usamos como técnica de pesquisa qualitativa, o diálogo semi-estruturado ou entrevista semi-estruturada, o qual proporciona mais liberdade de expressão ao entrevistado, tendo em vista que nessa técnica evitam-se os tópicos fechados. A entrevista se torna uma via de mão-dupla. Para a condução da entrevista, Bourdieu (1997) desenvolve a idéia de que se deve estabelecer uma “comunicação não violenta”, já que na relação de entrevista, a violência simbólica acontece graças a duas características: uma relacionada ao fato de ser o pesquisador quem controla o início do jogo:

É o pesquisador que inicia e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, objetivos e hábito, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. (BOURDIEU, 1997, p. 194)

Outra característica que facilita a ocorrência da violência simbólica é o fato de que socialmente o pesquisador já ocupa uma posição dessimétrica com relação ao pesquisado devido ao próprio equívoco da hierarquização dos saberes. Soma-se a isso o desconhecimento dos objetivos da pesquisa por parte dos pesquisados.

Ainda com relação à entrevista semi-estruturada e as técnicas de pesquisa em geral Bourdieu salienta que:

Por mais úteis que possam parecer para esclarecer tal ou qual efeito que o pesquisador pode exercer “sem saber”, lhes falta quase sempre o essencial, sem dúvida por que permanecem dominados pela fidelidade aos velhos princípios metodológicos que são freqüentemente decorrentes, como ideal da padronização dos procedimentos, da vontade de imitar sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas, não me parece, em todo o caso que eles levem em consideração tudo aquilo que sempre fizeram, e sempre souberam os pesquisadores que respeitavam seu objeto e os mais atentos às sutilezas quase infinitas das estratégias

que os agentes sociais desenvolvem na conduta comum de sua existência (BOURDIEU, 1997, p.240)

Optamos assim, para a nossa pesquisa, por entrevistas feitas com base em uma escuta ativa (BOURDIEU, 1997).

efetivamente, ela (escuta ativa) associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria (p. 225)

A amostragem para as entrevistas foi definida com base na “amostragem teórica”. De acordo com Flick (2009), nesse método, os entrevistados são selecionados tendo em vista o nível de contribuição esperado para o desenvolvimento da teoria no trabalho, “o prosseguimento da amostragem ocorre de acordo com a relevância dos casos, e não conforme sua representatividade” (FLICK, 2009, p. 122). As entrevistas foram interrompidas quando atingida a “saturação teórica”, ou seja, quando as entrevistas não somavam dados novos para a análise.

## **2.2 Trabalho de campo**

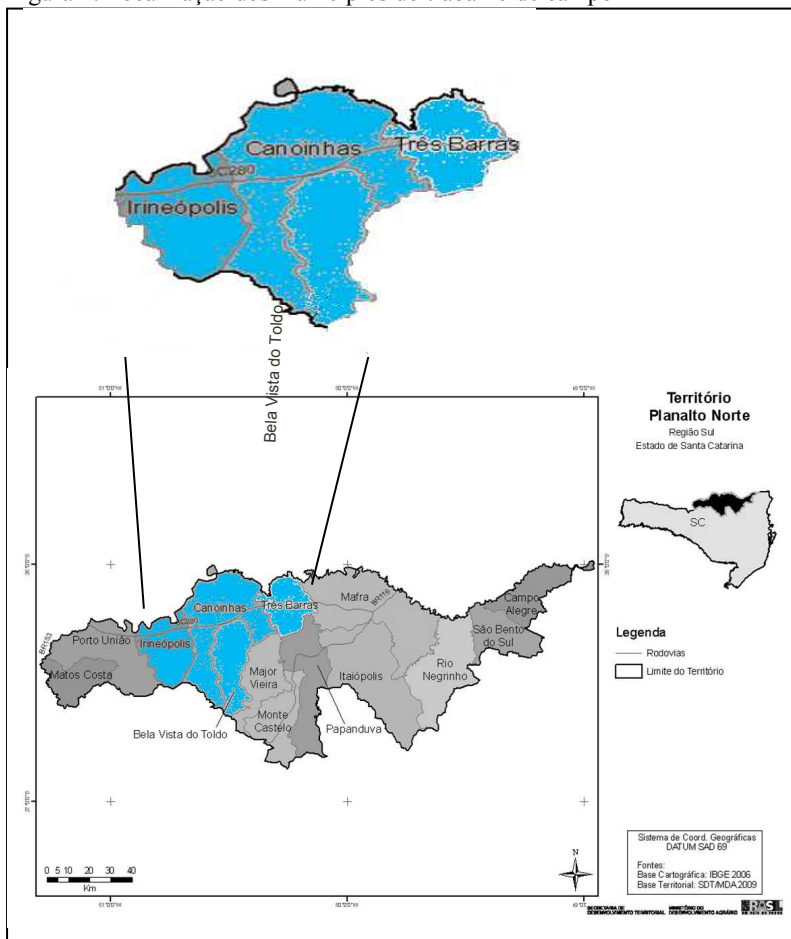
O trabalho de campo foi realizado nos municípios de Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Três Barras, em destaque na figura 1.

A escolha desses municípios foi organizada pelos critérios da presença de grupos com protagonismo das mulheres do campo. Foram feitas diferentes entradas para encontrar esses grupos.

A primeira delas foi realizada no contexto do Projeto de Desenvolvimento da Fruticultura no Planalto Norte, apoiado pelo MDA e realizado pela UFSC e EPAGRI.

A segunda entrada se deu através da articulação estadual dos territórios rurais, o que nos possibilitou a participação nas reuniões do colegiado do território onde encontramos alguns dos casos que serão apresentados a seguir. A partir daí com a ajuda dos entrevistados selecionamos novas instituições e indivíduos para a realização da pesquisa.

Figura 1: Localização dos municípios do trabalho de campo



Fonte: MDA (2009)

Foram realizadas 31 entrevistas semi-estruturadas. Dessas 15 foram gravadas e posteriormente transcritas. Outras 17 foram registradas no caderno de campo. As principais categorias entrevistadas foram lideranças, agricultores(as) e representantes do poder público. A tabela a seguir apresenta o número de entrevistas (identificadas pelas iniciais do nome) e as categoria as quais as(os) entrevistas(os) pertencem.

Tabela 1: Relação das categorias entrevistadas

Nome	Categoria
------	-----------



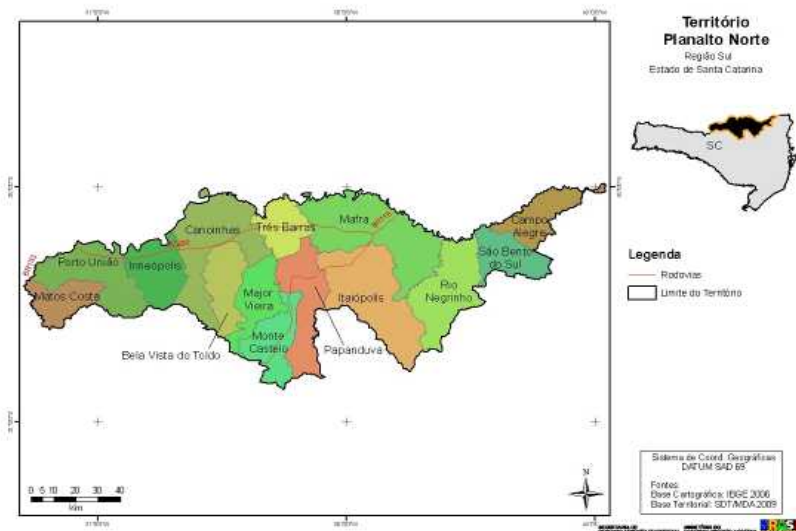
1. L. G.	Agricultora, Presidente da AGRUPAR
2. B. B.	Agricultora, liderança da AGRUPAR
3. N.	Agricultora, liderança da AGRUPAR
4. L. K.	Agricultora, feirante – AGRUPAR
5. C. G.	Agricultor, jovem feirante AGRUPAR
6. J. I.	Agricultor – coletivo de jovens Bela vista do toldo- AGRUPAR
7. A. R.	Professora aposentada, da ACC
8. L. K.	Agricultora, Presidente da ACC
9. J.	Agricultora da ACC
10. N. P.	Agricultora aposentada, da ACC
11. S. P.	Dona de casa, da ACC
12. A. R.	Professor aposentado, da ACC
13. E.	Agricultora do MST- Acampamento
14. M. de F.	Agricultora do MST- Acampamento
15. I.	Agricultora do MST- Assentamento Irineópolis
16. M. B.	Comunidade Serra dos Borges - Bela vista do Toldo
17. A. R.	Professor, da ACC, microbacias 2
18. M. e G.	Assalariada - comunidade Campininha
19. S. G.	Jovem desempregada - comunidade Campininha
20. M. I.	Agricultora, liderança da comunidade Rio Bonito
21. A. M.	Técnico da EPAGRI – Canoinhas
22. D.	Técnico da EPAGRI- escritório municipal de Porto União
23. F. L. R.	INCRA - ouvidor da reforma agrária
23. M. A.	INCRA – Produção
24. E. S.	Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Monte Castelo
25. A. B. S.	Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar
26. J. G.	Ex- presidente do Sindicato da Agricultura Familiar. Vereador pelo PT.
27. A.	Articulador estadual do território rural
28. R. G.	Agricultora Feirante – feira municipal
29. F. R. de P.	Agricultora Feirante – feira municipal
30. A. M. P.	Agricultora- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
31. L. M. do R.	Agricultor - Três Barras

Ainda durante o ano de 2009 acompanhamos as reuniões do colegiado do território, e analisamos os projetos apoiados, levantamos dados e materiais junto às instituições locais, como o escritório local da Epagri, prefeituras municipais, museus, bibliotecas, universidades e arquivos pessoais dos entrevistados.

### 3. HISTÓRICO DA REGIÃO DO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA

A figura abaixo indica a localização dos 14 municípios que compõem o Planalto Norte de Santa Catarina:

Figura 2: Mapa de localização do Planalto Norte



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009)

A história dessa região, a partir do século XVIII, pode ser entendida pelo viés da coexistência da atividade pastoril, ligada às grandes fazendas, onde o gado era criado à solta; da economia de subsistência dos povos caboclos<sup>3</sup> da região, que tinham a pecuária, o

<sup>3</sup> A definição de caboclo se diferencia ao longo da história e, atualmente, assume especificidades que variam de acordo com a região. Consta que o termo foi usado inicialmente pelos Tupis da costa para nomear os inimigos que viviam no interior, “no mato”. Com a chegada dos colonizadores portugueses, o termo passa a designar não só os índios do interior, como também os mestiços de índio com branco, aproximando-se do nome tapuio, sendo esse usado para classificar, de forma geral, os selvagens bravios no Brasil (BOYER, 1999). Arlene Renk (1997), estudando o campesinato na região Oeste de Santa Catarina, mostra que a identidade cabocla é formada a partir da relação conflituosa com os imigrantes europeus. Opõe-se, assim, regionalmente, o brasileiro caboclo ao colono “de origem”.

extrativismo da madeira e da erva-mate como principais atividades e da lógica ligada aos tropeiros que saíam do Rio Grande do Sul, em direção a São Paulo e Minas Gerais, transportando carga de alimentos e animais.

Em 1873, com a abertura da estrada Dona Francisca, que garantia o acesso ao Planalto Norte, a erva-mate se estabelece como o principal produto de exportação do Estado, chegando a representar 31% de toda a exportação. A partir de 1905, com uma política fiscal que taxava em até 30% os produtos exportados e com a formação de estoques de erva-mate no mercado platino, essa atividade entra em queda.

Em 1889, A *holding Brasil Railway Company* (Lumber) – pertencente a Percival Farquhar, empresário estadunidense – assume a concessão para a construção da ferrovia que ligava a vila de São Pedro do Itararé, em São Paulo, à Vila Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. Com a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul. Em setembro de 1909 haviam oito mil homens trazidos de Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Santos, trabalhando em condições precárias, para essa empresa, no trecho entre São Paulo e Rio Grande do Sul (AURAS, 1984). Assim, formava-se a nova dinâmica sócioespacial do território e se efetivavam as relações capitalistas. A inserção dessas relações nesse território foi um dos combustíveis para a Guerra do Contestado. O conflito chega ao fim em 1916 e a Lumber dá continuidade a suas atividades centradas na exploração madeireira e na construção da ferrovia.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Lumber finaliza suas atividades na região deixando inúmeros desempregados. Nesse momento as indústrias madeireiras começaram a migrar do Planalto Serrano de Lages em direção ao Planalto Norte, constituindo-se até os dias de hoje no principal setor econômico do território. Segundo relatório da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/ MDA), a exportação de móveis da região representa 25% do total de exportações de móveis do estado de Santa Catarina. Essa produção, no entanto, aparece altamente concentrada: o município de São Bento do Sul é responsável por 16% da produção de móveis no Planalto Norte.

A presença do Estado, enquanto instituição coletiva e despersonalizada, inexistia para a população que vivia espalhada no Planalto Norte antes do estabelecimento da *holding*. As referências eram

a do coronel e do monge (AURAS, 1984). O estabelecimento do grupo Farquhar representou mudança na estruturação do poder na região. A Lumber contava com um grupo paramilitar composto por cerca de 200 homens armados que garantiam, dentre outras coisas, a “segurança” da empresa e a “disciplina”<sup>4</sup> no trabalho.

Outra questão relevante para a contextualização desse território relaciona-se aos conflitos por terra. Revendo o histórico da posse de terra, verifica-se um conflito entre posseiros e donos de terras na região. Na época da Guerra do Contestado, os posseiros estavam à “[...] mercê dos interesses expansionistas dos senhores latifundiários ou do surgimento de novos e fortes interessados” (AURAS, 1984, p.30). Com a valorização da erva-mate, o conflito agrário na região se intensifica. A exploração só era viável, economicamente, quando se podia contar com grandes áreas para a exploração. Os coronéis, utilizando de sua influência, começaram a titular vastas porções de terra ocupadas pelos posseiros.

Com a inserção do capital estrangeiro, através da Lumber, a terra assume a condição de mercadoria, transforma-se em um bem de produção. Como a ferrovia cortava vastas áreas de terras devolutas e o governo havia concedido à empresa o direito a exploração de uma faixa de terra de 15 Km de cada lado da ferrovia, o conflito entre a empresa e os posseiros se acirra, somando um importante elemento para o conflito que levou à Guerra do Contestado.

Atualmente, a estrutura fundiária é caracterizada da seguinte forma: do total de estabelecimentos, 86,26% possuem menos de 50 ha de área. Os estabelecimentos com menos de 20 ha representam 53,70% do total; aqueles com menos de 10 ha equivalem a 32,22% do total. Apesar de serem a grande maioria, as propriedades com menos de 50 ha ocupam apenas 192.340 ha <sup>5</sup>, ou seja, 36,12% da área total dos estabelecimentos, enquanto 13,74% dos estabelecimentos detêm 63,88%

da área total (área total ocupada: 532.440 ha)<sup>6</sup>. Os estabelecimentos com menos de 50 ha são estabelecimentos familiares, que empregam pouca

---

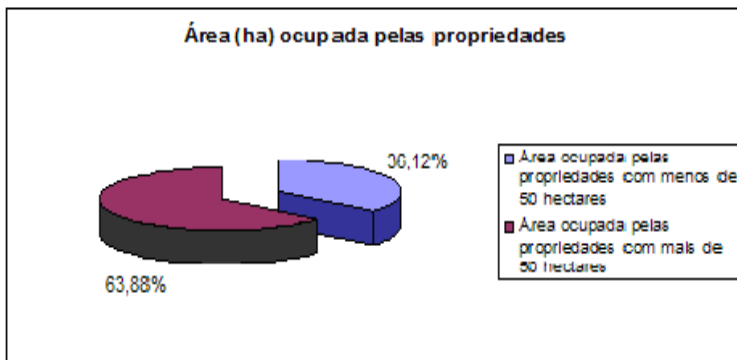
<sup>4</sup> Ver detalhes dos conflitos entre Lumber e caboclos posseiros em AURAS (1984)

<sup>5</sup> Dados da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA)

<sup>6</sup> Dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE

ou quase nenhuma mão de obra externa. Esses dados estão sistematizados na figura 3 a seguir:

Figura 3: Proporção de áreas ocupadas no Planalto Norte-SC por faixa de tamanho dos estabelecimentos

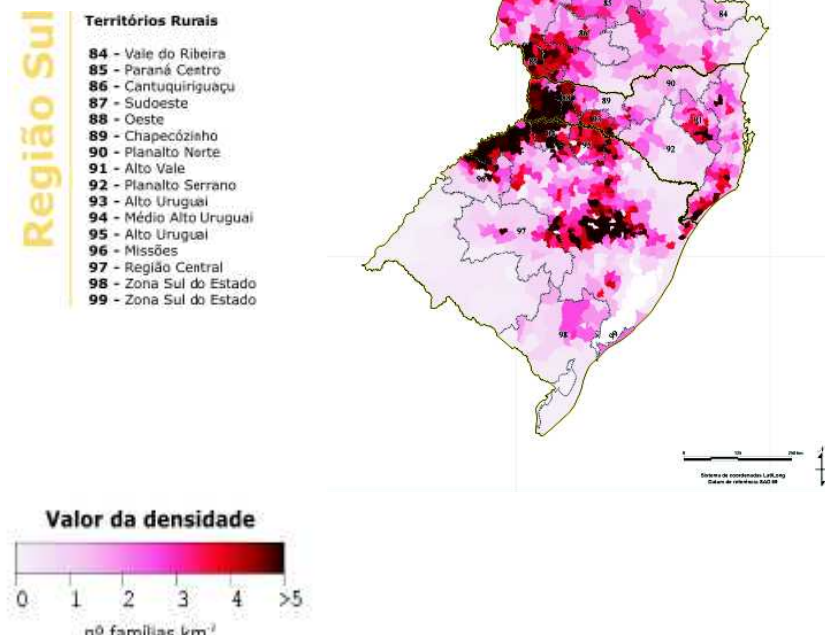


Fonte: SDT/MDA (2008); IBGE (2006)

A figura 4 registra a incidência de população caracterizada como agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária ou grupos que postulam acesso terra, na região sul do Brasil. O mapa indica uma incidência média a baixa dessas famílias por Km<sup>2</sup> no Planalto Norte-SC, significando a existência de propriedades médias e grandes na região.

A população total dos 14 municípios do Território do Planalto Norte chega a 351.330 habitantes, correspondendo a uma densidade média de ocupação de 30 habitantes/Km<sup>2</sup>. No entanto, existem municípios como São Bento do Sul, pólo das indústrias de móveis, que chega a 136 habitantes/Km<sup>2</sup>, e outros como Itaiópolis, que possui 15,25 habitantes/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2008). A população rural compõe 25,65% do total da população do território (SDT, 2004).

Figura 4: Incidência de agricultoras(es) familiares, assentados(as) e grupos que postulam acesso à terra



Fonte: SDT (2004, p. 62)

A maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios de Itaiópolis, Irineópolis, Bela Vista do Toldo e Major Vieira é proveniente da Agropecuária, enquanto Três Barras tem seu PIB vinculado à indústria de papel e embalagens e Canoinhas, Mafra e Matos Costa ao setor de serviços. Já Campo Alegre tem uma produção quase equivalente entre serviços e indústria. Rio Negrinho e São Bento do Sul possuem o PIB equilibrado entre a indústria de móveis para exportação e o setor de serviços (IBGE, 2008). A tabela 2 apresenta esses dados agrupando os municípios de acordo com o PIB.

A entrada e ampliação das agroindústrias de aves e suínos se constituem, hoje, como principal ação de desenvolvimento do território, apoiada pelo poder público local e estadual. Outras ações se relacionam

à ampliação da monocultura de Pinus, ligada às madeiras e indústrias moveleiras, tendo em vista a ameaça de escassez de matéria prima na próxima década.

Tabela 2: Produto Interno Bruto por setor (2008)

Município	PIB Serviços	%	PIB Agropecuária	%	PIB Indústria	%	PIB Total
Canoinhas	359.237	56,2	99.474	15,7	176.948	28,1	635. 659
Mafra	335.522	52,5	94.129	14,3	219.438	32,8	649.089
Matos Costas	9.115	51,6	6.348	33,4	2.196	14,0	17.659
Papanduva	84.651	45,7	60.918	31,3	41.584	23,2	187.153
Porto União	131.326	61,2	33.295	15,7	48.025	24,2	212.642
Rio Negrinho	223.810	49,3	20.742	5,5	210.920	45,2	455.472
Campo Alegre	48.810	40,7	27.846	23,2	43.225	36,0	119.881
Três Barras	91.340	31,1	22.243	7,6	179.652	61,2	293.235
São Bento do Sul	570.777	46,1	17.730	2,0	648.137	52,4	1.236.644
Bela Vista do Toldo	20.940	30,6	43.997	64,4	3.308	4,0	68.245
Monte Castelo	33.532	43,8	35.710	46,0	7.186	9,0	76.428
Itaiópolis	90.476	38,5	98.721	42,0	45.328	19,3	234.525
Major Vieira	32.439	35,5	50.476	5,3	8.239	9,3	91.154
Irineópolis	49.820	41,9	57.597	8,9	11.432	9,6	118.849

**Nota:** Maior PIB em serviços, Maior PIB em indústria, Maior PIB agropecuária.

Fone: IBGE (2008)

Uma das medidas de forte impacto sobre o território se relaciona ao plantio de fumo:

Para o Brasil, tanto do ponto de vista estritamente econômico quanto do ponto de vista social, sanitário e ambiental, esta problemática é relevante, já que o País lidera as exportações de folhas de tabaco e é o segundo maior produtor, tendo concomitantemente um papel significativo em termos de estratégias de combate ao consumo. A Organização Mundial da Saúde estima que morrem no Brasil cerca de 200 mil cidadãos a cada ano, envolvidos nas sofisticadas estratégias de mercado da indústria de tabaco. (BOEIRA, 2008, p.2)

Em 2005, a Organização Mundial da Saúde mediou um acordo entre 192 países, (Convenção Quadro do Tabaco) que prevê restrições à

cultura do fumo. No Brasil, o Governo Federal iniciou uma política de incentivo para a redução do plantio. Essas políticas vão de encontro ao contexto da pequena produção em Santa Catarina. A produção de fumo da Região Sul responde por cerca de 95% do total nacional. No Planalto

Norte, a produção é caracterizada pelo sistema de integração, onde as indústrias, por meio de contrato com os produtores, controlam o processo produtivo e a quantidade produzida (EPAGRI/ CEPA, 2006). Diante disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem apoiado diversas iniciativas, como a fruticultura, dentro de uma lógica de diversificação da produção e criação de alternativa para os fumicultores.

Outra importante iniciativa é o projeto Microbacias 2, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior participação. É uma forma renovada da versão implementada de 1991 a 1999, que tinha como foco ações técnicas de preservação ambiental. O programa utiliza como unidade de articulação e operação as microbacias hidrográficas e tem como fonte de recursos o governo do estado de Santa Catarina e o Banco Mundial.

Ainda existem as intervenções ligadas aos incentivos por parte do Governo Federal por intermédio da SDT/MDA, como o território rural e a criação do Território da Cidadania do Planalto Norte pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

A política pública nacional dos “territórios rurais” implementada no Planalto Norte desde 2003 pela Secretária de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/ MDA) é uma reformulação do antigo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que funcionou de 1997 a 2002. O PRONAF infraestrutura destinava recursos para a construção de obras e a aquisição de serviços comunitários, organizado com base na formação de conselhos, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs). No entanto em diferentes casos essa estrutura foi apropriada pelas prefeituras municipais (DELGADO, 2007). A partir do governo Lula,

instituiu-se um novo formato de política, optando-se pela construção de uma nova institucionalidade política, o território, fundada na representação dos interesses sociais



e econômicos da agricultura familiar e que previa a coordenação e a articulação de um grupo de municípios, mantida uma identidade coletiva, em torno de uma estratégia comum.[...] O objetivo geral do programa

consistiu na construção e no desenvolvimento das capacidades locais para a articulação das políticas públicas e dos atores sociais em torno das principais demandas e potencialidades percebidas nos territórios como obstáculo ou como contribuição para seu desenvolvimento, conjugando essas ações em um plano que conformaria um projeto coletivo e negociado de desenvolvimento (o PTDRS). Sua operacionalização se dá principalmente pela formação de arenas de participação e pela seleção e articulação de projetos. (DELGADO et al., 2007, p. 30)

Para a SDT, adotar o território como referência para o desenvolvimento rural se justifica pelos seguintes fatores: o rural não se resume ao agrícola; a escala municipal é limitada para elaborar e organizar o desenvolvimento; pode possibilitar a criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. A escala estadual se apresenta como ampla e excessivamente heterogênea (SDT, 2005).

O Programa “Territórios da Cidadania” surge em 2008 como uma tentativa de ampliar o programa “territórios rurais”, articular e reforçar as ações sociais. Atualmente existem 164 territórios delimitados no Brasil. Desses, 120 são foco da política dos Territórios da Cidadania, selecionados segundo os seguintes critérios: territórios rurais com baixo IDH (índice de desenvolvimento humano); maior concentração de beneficiários do Bolsa Família entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e população tradicional; baixo dinamismo econômico; maior organização social e maior convergência de políticas de desenvolvimento. A transformação dos territórios rurais em Territórios da Cidadania pretende superar a fragmentação das ações políticas, envolvendo além do MDA, outros 17 ministérios e 5 secretarias.

#### **4. A SITUAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL E SEU PROTAGONISMO EM PEQUENAS ASSOCIAÇÕES, GRUPOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.**

##### **A situação social das mulheres no Brasil**

Na XI conferência regional sobre a mulher da América Latina e Caribe, realizada em julho de 2010 na cidade de Brasília, foi evidenciado o aumento do acesso das mulheres à educação e ao atendimento à saúde na última década nesses países. Porém, no mesmo evento foi destacada a persistência de formas de opressão contra esse segmento, tais como a desvalorização das atividades historicamente desempenhadas pelas mulheres, a discriminação no mercado de trabalho formal, maior restrição ao acesso à terra e os recursos naturais, a feminização da pobreza, falta de proteção social e a violência doméstica.

Em relação ao trabalho feminino Bruschini (2007) mostra como o debate teórico e as pesquisas tomaram uma nova direção, no Brasil, quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família, ou “espaço reprodutivo”. Isso resultou em críticas às estatísticas oficiais disponíveis, que retratavam a atividade econômica feminina, pois, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pela superposição, tanto no urbano quanto no rural. E mais importante, propiciou, uma revisão do conceito de trabalho, onde foi possível caracterizar as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e a produção para o próprio consumo e o da família.

Especialmente em relação ao trabalho doméstico Bruschini em artigo publicado em 2006 insiste na necessidade de computar os dados das pessoas que realizam os “afazeres domésticos” como trabalhadoras(res) não remunerados, ao invés de enquadrar na categoria “economicamente inativos” o que gera uma distorção dos resultados principalmente em relação à participação das mulheres na economia. Para comprovar sua teoria a autora (BRUSCHINI, 2006) toma como base sua pesquisa no banco de dados do IBGE a respeito do tempo gasto na semana com “afazeres domésticos”<sup>7</sup>. Os resultados encontrados por

---

<sup>7</sup> Entende-se por afazeres domésticos, na PNAD, a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de

Bruschini estão na tabela a seguir e indicam que as mulheres gastam em média 27,2 horas semanais com essas atividades.

Tabela 3: Tempo dedicado aos “afazeres domésticos” segundo o sexo

Pessoas de dez anos ou mais, por dedicação aos afazeres domésticos, e tempo de dedicação (número médio de horas semanais), segundo sexo Brasil – 2002					
Sexo	Total das pessoas que responderam à pergunta(1)	Pessoas que responderam SIM à pergunta “cuidava dos afazeres domésticos?”		Distribuição das pessoas que cuidavam de afazeres domésticos segundo o sexo	Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos
		N <sup>º</sup> Abs.	%		
<b>Total</b>	<b>140.338.544</b>	<b>95.551.607</b>	<b>68,1</b>	<b>100,0</b>	<b>21,9</b>
Mulheres	72.662.611	65.304.832	89,9	68,3	27,2
Homens	67.675.933	30.246.775	44,7	31,7	10,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Microdados.

(1) Pergunta 121 “cuidava dos afazeres domésticos na semana anterior à pesquisa?”

Fonte: Bruschini (2006, p. 338)

Outro resultado obtido por Bruschini (2006) é a demonstração de que tempo gasto com os afazeres domésticos vão decaindo a medida que se somam os anos de estudo, assim como a diferença entre o tempo gasto pelos homens e pelas mulheres. Como indica a figura a seguir, mulheres e homens com menos de 1 ano de instrução dedicam respectivamente 31,1 e 12,2 horas às atividades domésticas. Nessa faixa as mulheres despendem 18,9 horas a mais por semana com os afazeres domésticos do que os homens. Já na faixa com maior instrução essa diferença cai para 10,9 horas.

Indo além dos “afazeres domésticos”, se evidencia por um lado, a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal a partir da década de 70. Para Lavinias (1997) as últimas décadas foram mais benéficas ao emprego feminino do que ao masculino em termos quantitativos, no Brasil, por que, em meio a um processo de

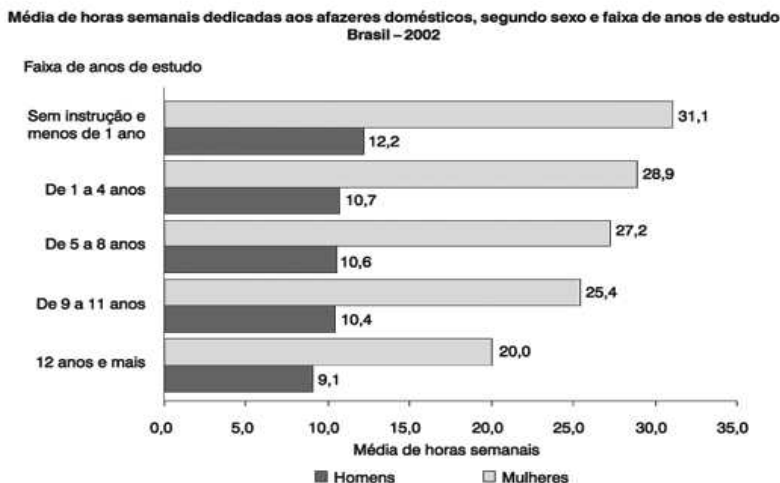
globalização e liberalização econômico fortemente competitivo, onde o rebaixamento dos custos de produção é uma necessidade incessante e

---

filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência. (BRUSCHINI, 2006,p.338)

renovada, as mulheres ampliam sua participação por serem uma mão-de-obra mais barata.

Figura 5: Tempo dedicado aos “afazeres domésticos” segundo sexo e estudo.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Microdados.

Fonte: Bruschini (2006, p. 342)

Bruschini (2007) apresenta também outros fatores explicativos para essa maior participação das mulheres nos empregos formais como as transformações demográficas ( queda da taxa de fecundidade e aumento do número de estabelecimentos familiares chefiados por mulheres) e culturais (alteração dos padrões culturais e valores relativos ao papel social da mulher cada vez mais voltada para o trabalho remunerado). Permitindo assim, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades o que, para Bruschini, se torna um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

Mas, outras pesquisas têm indicado que de fato as mulheres se constituem como mão-de-obra mais barata, mesmo com níveis similares de escolaridade. As mulheres recebem 21% a menos que os homens,

mas quando se compara com as mulheres negras, elas chegam a receber 61% a menos que os homens brancos, como mostra Abram (2006):

Por hora trabalhada, as mulheres recebem, em média, 79% da remuneração média dos homens (ou seja, 21% a menos) e os trabalhadores negros de ambos os sexos recebem em média a metade (50%) do que recebem o conjunto dos trabalhadores brancos de ambos os sexos. Por sua vez, as mulheres negras recebem apenas 39% do que recebem os homens brancos (ou seja, 61% a menos). Por mês, essas diferenças são ainda mais acentuadas: as mulheres recebem em média 66% do que recebem os homens, os negros 50% do que recebem os brancos, e as mulheres negras apenas 32% do que recebem os homens brancos. (ABRAM, 2006 p.41)

Além dessa diferença de remuneração no emprego formal, se evidencia a elevada participação das mulheres em atividades precárias e informais.

Sobre a precariedade, os dados abaixo retirados do artigo de Lavinas (1997) apresentam a qualidade do trabalho por gênero, onde podemos identificar que a taxa de mulheres (com grau de escolaridade até 3 grau incompleto) ocupando atividades precárias é maior do que os homens. A precariedade, nesse caso, é o trabalho realizado durante mais de 40 horas por semana com remuneração inferior ao salário mínimo.

Tabela 4: Taxa de precariedade do emprego segundo sexo e escolaridade

<b>Taxa de precariedade do emprego por sexo segundo o grau de escolaridade (1995)</b>		
<b>Escolaridade</b>	<b>Homens (%)</b>	<b>Mulheres (%)</b>
1 grau completo	7,65	19,99
2 grau completo	2,64	7,91
3 grau incompleto	2,40	2,92
3 grau completo	3,78	2,20

Fonte: Lavinas (1997, p. 15)

No espaço rural, a partir da década de 90, em associação com a Comissão de Mulheres Rurais da CUT, a AIMTR-Sul (Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul) organizou uma grande campanha com relação ao censo populacional de 1991, para que

as mulheres rurais se declarassem no questionário como trabalhadoras rurais, em vez de donas de casa ou trabalhadoras familiares não remuneradas (DEERE, 2004).

A mobilização objetivava corrigir os dados estatísticos sobre a participação socioeconômica do gênero feminino no país. Isso porque, até então, as mulheres de produtores rurais se declaravam donas de casa, produzindo uma visão simplificada da realidade da mulher no campo (PRIORE, 1997). Realidade marcada pela desvalorização de seu trabalho, sempre caracterizado como ajuda (PAULILO, 1987). Nesse sentido, apenas recentemente o trabalho produtivo das mulheres no interior das propriedades familiares ganha um sentido econômico não sendo simplesmente “Ajuda”.

Em relação ao trabalho assalariado no campo Carneiro (1994) apresenta dados de como a participação feminina no mercado de trabalho agrícola já no início da década de 80 apontava para uma mudança expressiva: entre 1970 e 1982 houve um aumento da ordem de 132,7% da mão-de-obra feminina no campo, enquanto a masculina sofreu um crescimento negativo de 5,4%. Mudanças advindas da transformações nas relações de produção na agricultura provocadas pela modernização (mecanização e intensificação da exploração) que, ao expulsar a família de moradores das terras das fazendas, cria as condições para a incorporação da mão-de-obra feminina. (CARENEIRO, 1994). Mas a autora observou que a mudança da situação de trabalhadora não remunerada, na unidade de produção familiar, para a de assalariada não é acompanhada pela transformação da posição de subordinação da mulher na hierarquia da família.

Da mesma maneira não podemos concluir que a permanência do caráter familiar da produção camponesa, responsável pela simbiose entre mulher, terra e família, implique necessariamente na exclusão da mulher dos processos políticos. (CARNEIRO, 1994, p. 16)

Em relação ao fenômeno da Pluriatividade - onde pelo menos um de seus membros, realiza atividades não agrícolas, mesmo que parcialmente, enquanto os outros membros permanecem realizando atividades agrícolas – Silva (2009) identificou em pesquisa com famílias pluriativas no Rio Grande do Sul que mesmo as mulheres desempenhando outras atividades não agrícolas remuneradas fora da

propriedade as relações de gênero no interior da propriedade tendem a se reproduzir.

Em Santa Catarina, Arlene Renk, abordando a trajetória das agricultoras ao longo da história, chama a atenção para a importância

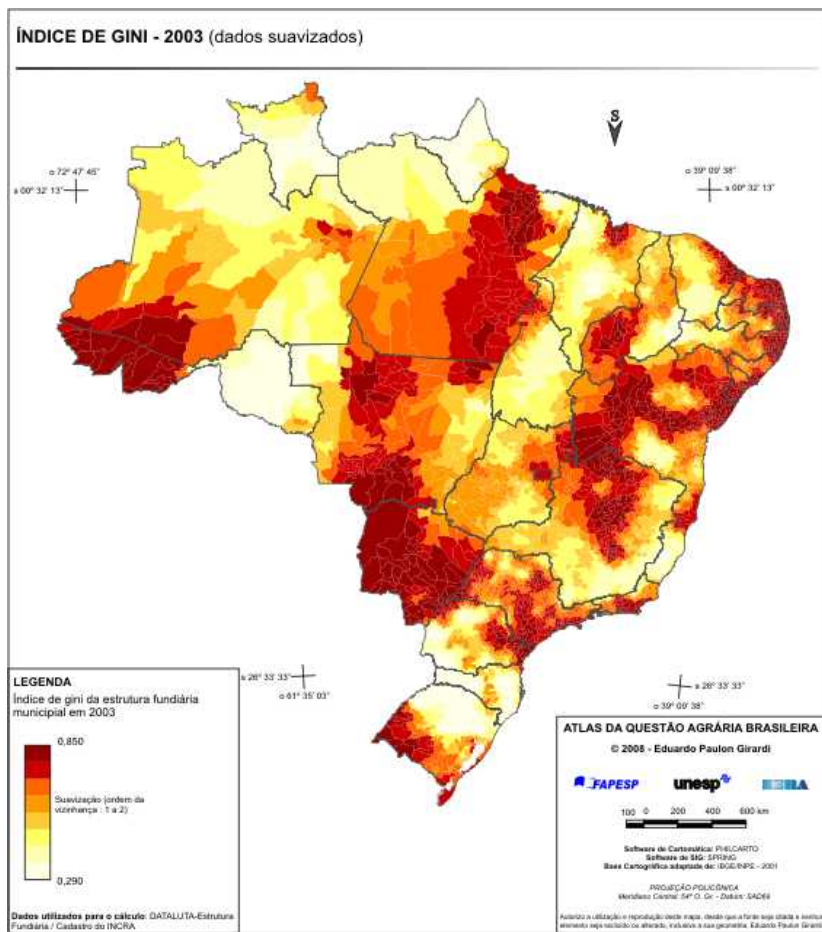
das organizações e movimentos empreendidos por elas para reestruturar as fronteiras dos espaços divididos com base no gênero (RENK, 1997). O primeiro esforço aconteceu na esfera do trabalho, onde elas lutaram para que suas atividades deixassem de ser consideradas como “ajuda”, diminuindo a posição de subordinação a que eram submetidas. (RENK, 1997, p. 229).

Para falar do acesso a terra por mulheres através da reforma agrária, no Brasil, é necessário contextualizar a estrutura fundiária desse país. Em 2003 os imóveis rurais no Brasil eram 4.290.531 e compreendiam uma área total de 418.483.332,30 ha, ou seja, 49,1% da área territorial total do país.

Os imóveis pequenos (menos de 200 ha) representavam 92,56% do número total de imóveis e apenas 28,42% da área total, perfazendo uma área média de 30 ha. Ao contrário, os imóveis médios e grandes (200 ha e mais) correspondiam a 7,44% dos imóveis e 71,57% da área total, resultando em uma área média de 938 ha (GIRARDI, 2003). A figura 6 ilustra que os médios e altos graus de concentração fundiária são predominantes no território brasileiro.

As ações de reforma agrária no Brasil de 1988 até 2006 têm sido baseadas principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito e se constitui como uma reforma agrária conservadora, pois como é conduzida mantém a estrutura das regiões de ocupação consolidada, isto é, a demanda maior se dá ao sul e os assentamentos são criados ao norte (GIRARDI, 2003). A figura 7 evidencia essa questão.

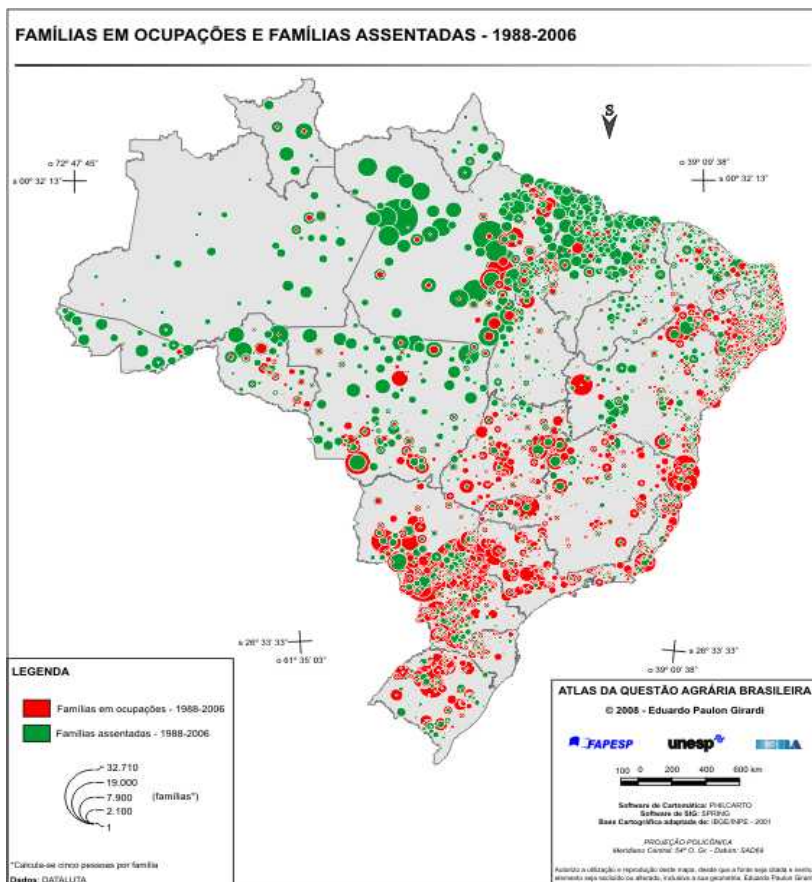
Figura 6: Concentração fundiária no Brasil (2003)



Fonte: Girardi (2003)



Figura 7: Famílias assentadas e famílias em ocupação

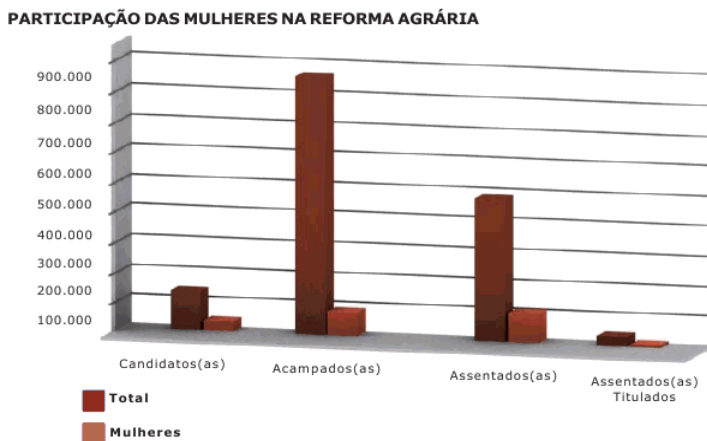


Fonte: Girardi (2003)

Nesse contexto da reforma agrária, especificamente em relação ao acesso a terra por mulheres, Deere (2004) mostra que mesmo a Constituição Federal de 1988 garantindo formalmente à esse segmento social o direito às terras, houve relativamente pouco resultado em relação à implementação, sendo a parcela de mulheres beneficiárias da reforma Agrária considerada baixa, quando comparada com outros países da América Latina. Os dados do INCRA (2004) indicam que as

mulheres eram apenas 12,6% do público atendido pela Reforma Agrária no período de 1996 a 2000. A figura 8 mostra a situação das mulheres no processo de reforma agrária em 2004.

Figura 8: Participação das mulheres na Reforma Agrária.



Fonte: INCRA (2004, p. 178)

Para Deere (2004) essa baixa participação se relaciona a política do INCRA que mantinha titulação conjunta da terra como opcional, vigente até 2003, quando a portaria nº 979 de 30 de setembro de 2003 tornou obrigatório constar nos cadastros, contratos e titulações (definitivas ou de concessão de uso) os nomes da mulher e do homem, independentemente da condição civil. E também ao fato do direito efetivo das mulheres à terra não ser prioridade de nenhum dos movimentos sociais rurais até a década de 90; E também pelo fato do direito a terra das mulheres ser uma questão secundária para o MST que teve como prioridade durante muito tempo a distribuição e titulação coletiva da terra, ao invés de sua divisão e distribuição formal às famílias (DEERE, 2004).

Paulilo (2003) mostra o difícil acesso das mulheres à propriedade agrícola, que se faz quase exclusivamente pelo casamento, pois elas são excluídas da herança da terra por causa da existência de um padrão na sucessão nas propriedades rurais, no sul do Brasil, principalmente nas

antigas regiões de colonização italiana e alemã. Para a autora são principalmente os filhos homens que herdaram a terra enquanto as mulheres só podem se tornar agricultoras por casamento.

Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais até que eles morram. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais têm propriedades grandes. O que importa reter aqui é que se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas como “filhas ou esposas de agricultor”, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos com as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, é o marido considerado o responsável. (PAULILO, 2003, p. 186)

Como as mulheres possuem mais dificuldades de acesso a terra do que os homens, esse fator acaba contribuindo para a migração seletiva tendo em vista que a propriedade da terra é um dos fatores determinantes para a permanência no campo assim, elas se constituem como o grupo que mais emigra do rural para urbano (BRUMER, 2004; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

Outro aspecto marcante da realidade social das mulheres brasileiras relaciona-se ao quadro de violência a que são submetidas. Em estudo realizado em Porto Alegre com mulheres atendidas nas unidades básicas de saúde, Kronbauer (2005) concluiu que mais da metade já havia sofrido algum tipo de violência perpetrada por companheiro, como ilustra a tabela a seguir:

Tabela 5: Distribuição de mulheres segundo o tipo de violência.

<b>Distribuição de mulheres segundo o tipo de violência. (Porto Alegre, 2003)</b>	
Violência Psicológica (insultos, humilhações, intimidações, ameaças)	55%
Violência Física (tapas, empurrões, chutes, surras, estrangulamento, uso de armas, socos)	38%
Violência Sexual (sexo forçado, sexo por medo, práticas humilhantes)	9%

Fonte: Adaptado de Kronbauer (2005)

No entanto, quando focalizado apenas as mulheres com poucos anos de instrução ou sem instrução, os resultados sobem e chegam em 86% para mulheres que já sofreram violência psicológica e 64% para violência física. Schraiber ET al. (2007) apresenta dados para outras regiões do país. A violência psicológica atinge 48,9% das pernambucanas e 41,8% das paulistas; a violência física chega a 27,2% em São Paulo e 33,7% em Pernambuco; e os dados para violência sexual são 10,1% 14,3% respectivamente para cada estado.

As estatísticas específicas para o meio rural em relação a violência são mais difíceis, no entanto os trabalhos de Paulilo (2004) relatam sobre as formas de repressão impostas as mulheres que vão desde castigos a pressão psicológica presentes no contexto cultural da vida no campo:

As mulheres não são reprimidas só com castigos, pois a exposição ao ridículo também é um instrumento eficaz de controle, bem como o costume exagerar o que de fato ocorreu ( PAULILO, 2004, 129).

A situação social das mulheres rurais está marcada pela desvalorização do trabalho no interior das propriedades familiares (tanto produtivo quanto reprodutivo), pelo difícil acesso a terra e pela violência, como relatado anteriormente. Outras características também se fazem presentes no cotidiano dessas mulheres como o acesso a lazer tido como um privilégio masculino (STROPASOLAS, 2004). Para Renk (1997), um importante fator na vida social das trabalhadoras rurais de Santa Catarina, além do que foi exposto anteriormente, relaciona-se à diversidade étnica encontrado no estado. Nesse sentido, a autora relata (RENK, 1997) os diferentes contextos históricos em que a vida das mulheres rurais se teceu - e tece -de acordo com etnia.

#### **4.2 A organização das mulheres e o movimento das mulheres rurais**

As primeiras reivindicações das defensoras dos direitos das mulheres estavam ligadas à educação<sup>8</sup> e ao voto, objetivo primeiro da Federação Brasileira Para o Progresso Feminino, fundada em 1920 e uma das principais Instituições nacionais. (TABAK, 1982, p. 25).

---

<sup>8</sup> Ainda em 1920, apenas 19,9 % das mulheres eram alfabetizadas. (Hahner, 2003, p. 75)

Assim, em 1927, depois de um intenso esforço das sufragistas e da conquista do direito ao voto em alguns países da Europa - que influenciou decisivamente o Brasil -, abre-se uma brecha no estado do Rio Grande do Norte, onde as mulheres conseguem o direito ao voto. No entanto, em 1928, o Senado invalidou os votos das mulheres para senador, restringindo a participação feminina apenas localmente, quando, em 1929, elegeram Alzira Teixeira Soriano para prefeitura de Lajes/RN.

Com o fim da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o governo lança um código eleitoral, em 1931, dando direito restrito de voto às mulheres. Poderiam votar apenas as viúvas com renda própria, solteiras e casadas com autorização dos pais e marido, respectivamente. Depois de muita pressão das sufragistas brasileiras através da Federação Brasileira Para o Progresso Feminino, é promulgado um novo código, em 1932, dando às mulheres os mesmos direitos que os homens de votar, mantendo os analfabetos excluídos do processo (Hahner, 2003, p.333). Assim, em 1934 com o apoio da elite política paulista, Carlota Pereira de Queiroz é eleita deputada federal para o Congresso Constituinte no Brasil.

Em 1937, com a ascensão do Estado Novo, a política eleitoral é transformada, estabelecendo a ditadura de Vargas e pondo fim ao movimento sufragista. Com a queda de Vargas o movimento se reorganiza, mas novamente é interrompido por um golpe de Estado em 1964. Assim, a participação política das mulheres e homens efetivou-se apenas com o retorno da democracia, no fim da década de 80.

No espaço rural, a origem do movimento de mulheres está situada no contexto da abertura democrática da década de 1980 e na consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil (DEERE, 2004). Esses movimentos tiveram como fonte as Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela CPT nas décadas anteriores. Dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social (DEERE, 2004).

Apenas no ano de 1985 ocorreram 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país. No ano seguinte,

em novembro de 1986, as mulheres rurais realizaram em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais (SALES, 2007). Em 1995 através do processo de organização das trabalhadoras rurais, forma-se uma rede de comunicação e significados, e cria-se a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. (Id. Ibid).

Carneiro (1994) identifica que a participação no movimento das mulheres do campo das primeiras militantes:

(...) não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Nesse momento, as distinções de gênero não importavam. O que mobilizava era o re-conhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva. (CARNEIRO, 1994, p.12)

No entanto, como mostra o artigo de Carneiro, a identidade política feminina vai se construindo no processo de luta contra as desigualdades sociais. Adão (2009) analisando a origem do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina especificamente a organização das mulheres no oeste Catarinense, destaca a autonomia que as mulheres iam adquirindo na medida em que se organizavam coletivamente:

A transformação pessoal dessas mulheres é compartilhada no movimento e as experiências vividas permitem que percebam a dimensão das suas capacidades como sujeitos históricos. Esta transformação conjuntural, ao mesmo tempo em que foi, e é, progressiva também é gradual e lenta acompanhando as conquistas do movimento e as transformações sociais. [...] Assim foi se constituindo o MMA, que contando com uma adesão cada vez maior, no dia 8 de março de 1986, reuniu cerca de 25 mil mulheres em Chapecó para sensibilização e reivindicação das suas 49 bandeiras de luta. Aliás, este foi o ano em que a primeira caravana de mulheres do MMA, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foram até Brasília para audiência com ministros de Estado para reivindicar, entre outras coisas, direitos previdenciários como à aposentadoria. (ADÃO, 2009, p. 124)

### **4.3 Micropolítica: o protagonismo das mulheres em pequenas associações, grupos e movimentos.**

Para Deleuze e Guattari (1995) micropolítica se diferencia da macropolítica por operar em escala diferente e tratar das pequenas negociações e expressões, muitas vezes não organizadas de produção de subjetividades. Nesse ponto, subjetividade se difere de indivíduo e refere-se a “modos de ser” fabricados. A micropolítica se espalha como um câncer, que pode atingir todas as células, assim como um movimento de massas. Um exemplo dessa potência, para os autores, é o fascismo.

Daniel Guérin tem razão em dizer que se Hitler conquistou o poder mais do que o Estado Maior Alemão, foi porque dispunha em primeiro lugar de microorganizações que lhe davam ‘um meio incomparável, insubstituível, de penetrar em todas as células da sociedade’ [...] fluxos capazes de banhar cada gênero de células [...] uma potência micropolítica ou molecular que torna o fascismo perigoso. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.92)

Isso mostra que apesar da micropolítica passar por pequenos grupos e relacionar-se ao detalhe “nem por isso é menos coextensiva a todos os campos sociais” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 93). O processo pode também acontecer no outro sentido, quando a macropolítica penetra o tecido social produzindo micropolíticas de reafirmação. Assim, quanto mais uma política molar ou macropolítica é forte, mais ela produz uma micropolítica do elementar, mais ela se adentra no nível molecular, na constituição de modos de existência cada vez mais dominantes (subjetividades dominantes). Daí que para os autores, quando analisam o “stress” nas grandes cidades, só existe uma macropolítica da segurança por conta de uma micropolítica do medo que se alimentam simultaneamente.

Atingir, constituir e/ou reproduzir subjetividades se dá no invisível (molecular), disso trata a micropolítica, que apesar de aparecer de forma a complementar ou constituir uma macropolítica, pode também aparecer como “fluxos” de fuga, na linguagem dos autores “fluxo de quanta”. Pequenas organizações e grupos, por onde passa a micropolítica, são muitas vezes “fluxos” de fuga de uma segmentaridade imposta, dura, central, hegemônica. A micropolítica, como um elemento químico, não se define apenas pela sua pequenez, mas pela natureza de sua “massa”, daí sua relevância. Quando a micropolítica funciona como

uma máquina de fuga, reconstruindo modos de ser a denominam como “máquina de mutação”.

Tendo em vista que “toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (DELEUZE; GUATTARI, 1995,p.90) essas podem ser entendidas como dois campos de análise, mas que devem ser pensados um em relação ao outro.

Os problemas se apresentam sempre desse jeito. Boa ou má, a política e seus julgamentos são sempre molares, mas é o molecular, com suas apreciações , que a ‘faz’(DELEUZE; GUATTARI, 1995,p. 102).

Dito isso, podemos Concordamos com Britto (2001) quando afirma que as mulheres, mesmo ausentes dos espaços públicos de decisão, estão ativamente influenciando-o, já que a política não está contida apenas na macropolítica:

As mulheres, portanto, mesmo partindo da esfera privada, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados. A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político. (BRITTO, 2001 p. 296.)

Para Garcia (1997), a partir do momento em que a vida privada deixa de se opor teoricamente à esfera pública, torna-se possível repensar as relações público/privado, outorgando uma maior complexidade à política, inclusive àquela centrada na análise dos processos e das organizações.

É interessante observar como essa inflexão historiográfica contribuiu para a construção de uma história das mulheres. Situadas na área sombria da história -- a esfera privada -- as mulheres passaram a se constituir em objeto da reflexão historiográfica. (GARCIA, 1997, p 324)

Mesmo situadas nessa área sóbria por limitadores sócio culturais as mulheres apresentam uma motivação que as leva a uma ação micropolítico. Anjos (2008), quando analisa a participação das mulheres



nas pastorais e comunidades existem diferentes motivações em torno desse investimento micropolítico. Para as mulheres com menos recursos, socialmente marginalizadas o envolvimento se relaciona a expectativas de ganho materiais e a possibilidade de socialização.

Para algumas mulheres com menos recursos, as ‘bem Pobrezinhas’, as comunidades e pastorais permitem a inclusão em esferas de sociabilidade, aliada a certa possibilidade de satisfação de necessidades materiais, como a frequência a cursos de artesanato ou o recebimento de donativos como objeto da caridade e serviços da Igreja. (ANJOS, 2008, p. 516)

Já a motivação para se constituir enquanto “líder” - entendida como aquela que faz a mediação entre populações locais “pobres” e outros grupos e instituições; como aquela que detém determinados saberes para enfrentar as dificuldades presentes no contexto comunitário e capacidade de administrar recursos comunitários - está ligada à satisfações morais, acúmulo de capital cultural, busca de reconhecimento das populações pelas quais atuam e adesão a uma ideologia relativa à participação feminina no espaço público, porém resignificando o discurso feminista (ANJOS, 2008).

Em se tratando das motivações das mulheres para se organizarem no MST o trabalho de revisão de Domingues (2007) soma alguns elementos. A autora anterior mapeando os trabalhos realizados sobre o MST, especificamente no campo da psicologia, identifica três campos de contribuição: o primeiro relacionado ao grupo de questões sobre a motivação dos sujeitos a lutar pela terra e aderir ao MST; o segundo campo de pesquisa constituiu-se daquelas referentes à produção de subjetividades e questões internas ao movimento. O terceiro campo trata de questões que dizem respeito aos agentes externos ao MST - como polícia militar, agrônomos e técnicos agropecuários e a imprensa - que em algum momento se encontraram com o MST. Os dois primeiros campos somam elementos para teoria que pretendemos aqui desenvolver em relação a motivação das lideranças femininas e constituição dessas subjetividades enquanto mulheres lideranças.

Nesse sentido, retomamos o texto de Domingues (2007) sobre os dois primeiros campos. Em se tratando da motivação dos sujeitos para

lutar pela terra, Domingues (2007) visita os trabalhos de Tarelho (1988), Silva (2002), Narita (2000) e Domingues (2001). A contribuição de Tarelho (1988) é a de mostrar que os processos comunicativos pedagógicos, propiciados pelas CEB's e no interior dos movimentos sociais, funcionam como conscientizadores e construtores de uma identidade social crítica, que transforma sujeitos anônimos e passivos em sujeitos coletivos. Ou seja, os processos comunicativos pedagógicos são máquinas de motivação para ingresso no movimento, pois fabricam uma subjetividade propícia a práticas coletivas.

A colaboração de Silva (2002) é identificar que os sujeitos fazem adesão a uma ação coletiva (ações, metas e projetos do movimento) por que essas fazem sentido frente à herança histórica, cultural e política de cada sujeito. Para Domingues (2007) os dois autores anteriores buscaram evidenciar a relevância da formação da consciência política e de uma identidade coletiva para a constituição do MST.

Já em Narita (2000) a motivação primeira dos sujeitos que se organizam sob a bandeira dos sem terra estaria ligada a necessidades de sobrevivência (alimentação e segurança) e a necessidade de se organizar em grupo para proteger-se da natureza e de outros homens. Domingues (2007) avalia que Narita (2000) somou ao campo teórico a consideração de que “consciência política” não é motivação determinante para a participação no MST.

Ainda dentro desse campo da motivação dos sujeitos Domingues (2007) fala de seu trabalho realizado em 2001 onde percebeu que eram os ideais revolucionários do movimento especificamente a terra como ideal, que possibilitava o estabelecimento do vínculo de identificação dos sujeitos somado ao reconhecimento da insuficiência de cada sujeito e da necessidade do outro seriam o ponto de partida para o estabelecimento de uma aliança fraterna que leva a organização de ações coletivas.

No campo da constituição da subjetividade, Domingues (2007) apresenta uma revisão dos seguintes trabalhos: Campos (2004), Leite (2003), Salvaro (2004) e Tarelho (1988). Para Leite (2003) as falas, rituais e programações do MST, enquanto instância, objetivam a produção de subjetividades junto aos trabalhadores acampados. Em Campos (2004) é destacada a importância da memória coletiva adquirida nos processos de luta pela terra para construção das

subjetividades. Em Salvaro (2004) encontra-se um estudo com ênfase na constituição da subjetividade das mulheres nos assentamentos em relação a divisão do trabalho no interior de um assentamento coletivo.

Remetendo-nos diretamente ao trabalho de Salvaro (2004) que realizou estudo em assentamento coletivo Sepé Tiaraju onde mostrou que, por conta da concepção de “trabalho produtivo” no assentamento, se considerava que “as mulheres trabalham quatro horas e os homens trabalham oito...” nesse sistema definia-se e categorizava como trabalho somente o que resultava em produção para a subsistência ou comercialização. Mesmo os cuidados de saúde proporcionados por uma das assentadas não resultavam em horas computadas na sua jornada de trabalho, nem o trabalho no interior das casas, trabalho doméstico.

Em estudos sobre o trabalho feminino em diferentes regiões, Maria Ignez Paulilo (1986) ressalta diferenças presentes em atividades agrícolas realizadas por homens e por mulheres, caracterizadas a partir da classificação de trabalho leve e pesado: atividades leves realizadas pelas mulheres e pelas crianças, e atividades pesadas, pelos homens adultos. A autora argumenta que não se trata da atividade em si, enquanto leve ou pesada, mas esses significados são atribuídos em função do gênero que os realiza. Em artigo no prelo, a autora retoma a discussão sobre o trabalho leve e pesado, e ressalta sua repetição em relação ao trabalho doméstico e produtivo. Nessa relação, à mulher cabe a realização de tarefas no espaço doméstico. (SALVARO, 2004, p. 324)

Silva (2004) discorrendo sobre as relações de gênero no MST afirma a necessidade de se pensar as relações no dia-a-dia em casa, na roça indo além dos discursos que permita perceber as particularidades e as pequenas resistências por parte das mulheres em participar.

as pequenas resistências diárias, especialmente por parte das mulheres. Isso porque o MST, na figura de seus líderes, lhes sugere que sejam mais participativas, que privilegiem atividades no coletivo, políticas, etc., em relação a outras atividades. (SILVA, 2004, 274)

Sobre essa “resistência” Silva (2004) conclui que ela existe em parte por que as mulheres entrevistadas tinham como certo e dado seu espaço como sendo o da casa, e do cuidado com os filhos, e os maridos contribuíam por que se continuasse dessa forma. Dessa maneira elas

procuravam conciliar coisas políticas e domésticas. Privilegiando aquelas mais importantes e necessárias segundo seus próprios julgamentos. No caso, muitas vezes, o lar e os filhos. Essa resistência era vista também a sobreposição de trabalho, ou seja, o “trabalho” político e o trabalho da casa.

Em relação participação das mulheres no MST o trabalho de Dulcinéia Pavan (1998) em assentamentos em São Paulo, mostra que as mulheres possuíam um papel de maior destaque em acampamentos e assentamentos.

Porém, de acordo com Deere, a participação mais intensa se dá durante os movimentos de ocupação, ficando muitas vezes na linha de frente em confrontos, e nos acampamentos, desempenhando papel chave como articuladoras.

uma vez que os assentamentos estão constituídos, poucas mulheres participam tão ativamente e, até recentemente, havia poucas mulheres em sua liderança ou na direção do MST. Conforme verificado pelas mulheres ativistas do movimento, “Todavia observamos que, depois da conquista da terra, nos assentamentos, um grande número de mulheres volta a fazer apenas trabalho interno, na roça, em casa ou com as crianças. Por isso, é necessário que as mulheres se organizem e participem da luta da classe trabalhadora em todas as suas instâncias. (DEERE, 2004, p. 186)

Ao mesmo tempo em que existe uma micropolítica em relação a participação das mulheres no interior do MST, há também uma macropolítica que se dá de forma organizada e fechada. Iniciada a nível nacional em 1980 quando se forma a Comissão Nacional de Mulheres do MST, de onde saíram algumas linhas gerais que buscavam pressionar para que existissem grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos (GONÇALVES, 2009).

Segue-se o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1995, onde procuram chamar a atenção para a discriminação nos acampamentos e assentamentos e para a necessidade de uma estrutura que possibilite a participação delas. Surge o desafio de fazer com que todos os setores do MST encaminhem o debate e ações sobre a

participação das mulheres nos diferentes níveis de organização e representação.

Já em 1998 é constituído um coletivo Nacional de Gênero, que lança um documento oficial para estudo e aprofundamento sobre as questões de gênero e em 2003 é constituído, na estrutura de organização do movimento, o Setor Nacional de Gênero.

É difícil encontrar uma trajetória linear que detalhe precisamente as razões que levaram o Coletivo Nacional de Mulheres a se tornar Coletivo Nacional de Gênero e menos ainda que explique a alteração deste para Setor Nacional de Gênero. Uma das coordenadoras do Setor Nacional de Gênero nos revelou<sup>7</sup> que havia muita dificuldade de avançar na participação das mulheres e que era necessário que esta temática fizesse parte da própria estrutura organizativa do Movimento dividida em Setores e predominantemente ocupados por homens. (GONÇALVES, 2009, p. 208)

A história não é passiva, mas ativa na construção do presente. Isso fica claro quando se trata dos conflitos de memória em torno da trajetória das mulheres no Planalto Norte. A memória, durante séculos, foi aproximada da imaginação. Assim, a representação do passado era tida pelos filósofos, os quais estavam ligados ao empirismo da língua inglesa e ao racionalismo cartesiano, como uma província da imaginação. Como apresenta Paul Ricoeur, essa era a forma com que Montaigne, Pascal e mesmo Spinoza tratavam a memória. A aproximação entre memória e imaginação faz com que o uso da memória seja questionado como uma fonte de produção de conhecimento. Desse modo, percebemos que uma longa tradição filosófica deixou a memória distante de sua função de acesso ao passado.

Para Ricoeur, é em Aristóteles, mais especificamente no trecho “De la mémoire et la réminiscence” do título “*Parva Naturalia*”, que nasce a idéia de que a memória é passado. A noção de tempo começa a compor a memória, a qual assume uma distância da imaginação dentro dessa corrente filosófica. Outro ponto fundamental na fenomenologia da memória de Ricoeur, que se situa na tradição iniciada por Aristóteles, é a distinção entre memória e lembrança. A lembrança é caracterizada por diferentes graus de distinção do passado. A memória se relaciona à capacidade de organizar as lembranças em uma linha temporal. O traço

fundamental da lembrança recai, com base nessa fenomenologia, sobre o privilégio que a lembrança dá, espontaneamente, aos acontecimentos, ou seja, a lembrança é sempre uma lembrança-acontecimento. A memória

está, portanto, assentada nas relações de percepção e não nas de imaginação. “[...] a imaginação e a memória tinham como traço comum a presença do ausente, e como traço diferencial, de um lado, a suspensão de toda posição de realidade e a visão de um irreal, do outro, a posição de um real anterior.” (RICOEUR, p.61 2008).

No entanto, a lembrança, que sempre é acompanhada da noção de tempo, só é possível de ser acessada quando se torna imagem, trazendo assim, uma constante ameaça de mistura entre rememorações e imaginação. Vista sob tal perspectiva, a fidelidade da memória encontra-se frequentemente ameaçada<sup>9</sup>.

É sobre essa relação entre a ausência da coisa e a presença do ausente como representação na memória, que reside a fragilidade fundamental da memória e as possibilidades de abuso, que são múltiplos, como mostra Ricoeur: eles podem se dar no nível patológico-terapêutico, no nível prático - quando uma memória é impedida - e ainda no nível ético-político, quando abusivamente convocada e selecionada para sustentar uma ideologia. É sobre os abusos no plano prático e ético-político que vamos nos debruçar para sustentar nossas discussões sobre os conflitos de memórias sobre a Guerra do Contestado e, especificamente, sobre a memória das lideranças femininas do Contestado.

Em Ricoeur, o conceito de memória instrumentalizada, que caracteriza os abusos de memória no plano prático, se ampara na categoria weberiana de “racionalidade segundo um fim” e na categoria de “razão estratégica” de Habermas. A memória instrumentalizada serve para que se possa afirmar uma identidade, tanto pessoal quanto coletiva, que é frágil. Essa fragilidade é causada, em primeiro lugar, pela relação difícil entre identidade e tempo. Assim, a memória é instrumentalizada para fortalecer a identidade no presente e para projetá-la para o futuro,

respondendo à problemática do como se manter o mesmo ao longo do tempo. Em segundo lugar, a fragilidade da identidade é causada pelo confronto com o diferente, com o outro. “Será mesmo preciso que nossa identidade seja frágil a ponto de não conseguir suportar, não conseguir tolerar que outros tenham modos de levar sua vida, de se compreender,

---

<sup>9</sup> Paul Ricoeur trata das patologias da memória, as quais não poderiam integrar o que ele chama de “memória feliz” e que compõem a memória como fonte histórica. “Os falsos testemunhos [...] só podem ser desmascarados por uma instância crítica cujo único recurso é opor testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos reputados mais confiáveis” (RICOEUR, p. 40-41, 2008)

de inscrever sua própria identidade na trama do viver-junto, diferentes dos nossos? Assim é.” (RICOEUR, p. 94, 2008). Em terceiro lugar, a identidade é frágil por ser fundada na violência da guerra que caracterizou a fundação de todas as comunidades históricas, fazendo com que os mesmos acontecimentos signifiquem glória para uns e humilhação para outros. O fundamental é notar, na apresentação de Ricoeur, que a instrumentalização da memória para o fortalecimento da identidade frágil se faz a partir de um viés ideológico.

Sabemos que a ideologia é um discurso que busca justificar o poder e a dominação. Para satisfazer as demandas da autoridade legitimada, a ideologia explora nossas crenças, gerando um esquema de montagem de uma aceitação e fé na ordem estabelecida, fortalecendo a ordem legitimada, o poder instituído. O sistema ideológico é de distorção da realidade de legitimação do poder. Para Ricoeur, uma análise permite facilmente compreender quais molas dão sentido e movimento a diversos empreendimentos de manipulação da memória. Ela só pode ser incorporada à identidade seguindo o viés da narrativa e o texto narrativo é, em essência, seletivo. É a partir dessa possibilidade de seleção no texto narrativo que se encontra a possibilidade de manipulação. “Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. Assim, a narrativa imposta se torna um instrumento privilegiado dessa ação” (RICOEUR, p. 98, 2008).

No nível ético-político, para Ricoeur, é na noção de justiça - uma virtude voltada para o outro -, que encontramos o sentido do dever e do imperativo da memória. Temos, assim, o dever de extrair das lembranças traumatizantes o seu valor de exemplo, para que as ações não se repitam no futuro. Esse seria o imperativo da memória, lembrar para projetar outro futuro possível e diferente das experiências

traumatizantes do passado. Nesse sentido, a dívida histórica com o outro encontra o seu lugar e substitui a noção de culpa. Assim, estamos endividados com os que nos precederam. “Somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam” e, nesse quadro, uma prioridade moral cabe às vítimas. A “[...] vítima outra, que não nós”. (RICOEUR, 2008, p. 101-102).

## 5. EXPERIÊNCIAS COM PROTAGONISMO DAS MULHERES

### 5.1. Associação de Pequenos Grupos de Agricultores Familiares Ecológicos de Canoinhas e Região - AGRUPAR

A AGRUPAR é uma associação que, atualmente, agrega agricultoras e agricultores agroecológicos. De acordo com as entrevistas a criação da Associação aconteceu no final da década de 80, quando o Centro de Promoção do Pequeno Agricultor (CEPAGRI)<sup>10</sup> promoveu um conjunto de cursos de formação na região. As discussões focavam a questão de gênero, agroecologia e procuravam criticar o uso de insumos e agrotóxicos na lavoura do fumo e a dependência em relação a agroindústria de fumo.

“Tinha um tal de CEPAGRI: o Centro de Produção do Pequeno Agricultor. E fizemos o CEPAGRINHO que era regional, que reunia pessoas da região e fizemos 8 semanas de CEPAGRINHO. E começamos a estudar, discutir essa questão de ecologia, do veneno. Todos estes problemas que viria a ter mais tarde. E a questão do agricultor estar se organizando. Por exemplo, todos plantavam fumo, alguns plantavam milho e feijão e cada um comprava um pouquinho. E começamos a pensar: porque nós não nos reunirmos e ao invés de comprar os insumos, nós chamamos os revendedores, fazer tipo uma concorrência e o qual tiver menor preço vai vender.” (agricultora, presidente da AGRUPAR)

A história de criação da associação se confunde com a história de criação do SINTRAF -PN<sup>11</sup> e do Partido dos Trabalhadores na região, já

<sup>10</sup> **CEPAGRI:** Organização Não Governamental (ONG) localizada em Caçador-SC, atuava junto aos agricultores familiares do município de Caçador- SC. A ONG encerrou seu trabalho no ano de 2000.

<sup>11</sup> **SINTRAF- PN:** Sindicato Regional Dos trabalhadores na Agricultura Familiar; Rodrigues (2004) revendo a origem da Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (FETRAF) mostra a importância dos trabalhadores rurais que estavam organizados dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante o processo de rompimento com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que representava o modelo sindical corporativista, que buscava manter a tutela estatal sobre a organização dos trabalhadores . Dentro dessa dinâmica a partir da década de 90 especificamente no Sul do país, os trabalhadores rurais dentro da CUT e reunidos no Fórum Sul dos Rurais da CUT buscavam articular uma organização mais próxima da agricultura familiar, deixando cada vez mais de lado a representação e as lutas dos assalariados rurais. Surge aí no Sul do país a FETRAF, que



que as lideranças e suas famílias estiveram envolvidas nesses processos durante a década de 80 e 90, o movimento das pastorais da igreja católica.

“Aí depois que nós passamos por essas lutas: PT, sindicato, agroecologia, você começa a conviver, a aprender.” (Agricultora, liderança da AGRUPAR)

“Esta região é uma região fraca de participação política... todo mundo sabe disso. Não dizer que o povo é menos inteligente, mas se pegar o movimento social, a história do Brasil, de toda a região sul. A oposição sindical, por exemplo, com o rompimento da década de 80: ela aconteceu no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina e naquela região do Rio Grande do Sul. O rompimento com o sindicalismo pelego e tal e coisa... aquela coisa dos militares, aquela coisa. E, junto com isso, veio a formação do PT e da CUT. Depois da anistia, os movimentos sociais que estavam adormecidos... né? E nesta região aqui a gente... eu entrei na corrente da igreja. A igreja foi a responsável pelo movimento aqui. Na época foi a Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, Pastoral da Terra. Só que hoje a igreja tomou uma outra posição, em vez de avançar, ela regrediu a passos largos.” (Homem J., liderança do SINTRAF-PN)

Naquele momento, dos cursos oferecidos pela CEPAGRI, formou-se um grupo de compra coletiva constituído por um representante de cada comunidade, que era responsável por levantar o nome dos agricultores e os produtos que desejavam. Com essa listagem, eles negociavam a compra de adubos e alimentos por melhores preços. A compra de alimentos arroz, açúcar, pasta de dente, (tudo em fardos) etc. foi coordenada pelas mulheres e a de adubo, pelos homens. Nesse momento, a AGRUPAR chegou a agregar aproximadamente 80 famílias. A compra coletiva de insumos e adubos se manteve por três anos e a de alimentos, por cinco anos. A Associação, em si, nasceu dessa experiência com êxitos das compras coletivas, que levou à criação

de uma rede de diálogo e trocas que fortaleceu as famílias e, principalmente, as mulheres dessas famílias para a formação da AGRUPAR.

Figura 9: Logomarca da AGRUPAR



Fonte : Nossa pesquisa (2009)

Com o passar do tempo, a AGRUPAR passou a trabalhar mais enfaticamente a questão da transição para a agroecologia, buscando diversificar a produção nas propriedades, incentivando o cultivo de hortaliças orgânicas, a confecção de pães, conservas e artesanato, entre outros produtos. Na década de 90, a AGRUPAR ingressou na rede Ecovida de Agroecologia<sup>12</sup> e, a partir daí, a Associação se efetivou como uma organização de produtores orgânicos. Os novos objetivos da AGRUPAR, ligados à promoção da agroecologia, o fim das compras coletivas e a diminuição dos rendimentos quando comparados com a fomicultura fizeram com que muitas agricultoras deixassem a Associação.

---

<sup>12</sup> A **Rede Ecovida de Agroecologia** criada em 1998 como resultado de processos históricos realizados por organizações não governamentais na construção de uma alternativa ao modelo de agricultura caracterizado pela chamada Revolução Verde. A rede é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes produtos ecológicos. Tem como metas o fortalecimento da agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros; Trabalhar na construção de mercado justo e solidário; Garantir a qualidade através da certificação participativa. (SANTOS; MAYER, 2007).

Os grupos ligados à produção e comercialização de hortaliças orgânicas e da panificação são os que, atualmente, envolvem o maior número de famílias, sendo que a maior parte é liderada pelas mulheres. São elas que, em geral, cuidam das hortas nas propriedades<sup>13</sup> e participam da feira (figura 10) durante as quartas e sábados na cidade de Canoinhas.

Figura 10: Feira livre de Canoinhas - AGRUPAR



Fonte: Nossa pesquisa (2009)

---

<sup>13</sup> Em alguns casos, a propriedade não é totalmente agroecológica. Há, nesses casos, uma divisão do trabalho por gênero em relação ao tipo de produção. As mulheres ficam na produção agroecológica, enquanto os homens continuam na produção do fumo convencional ou milho. De acordo com a presidente da AGRUPAR, essa situação representa um desafio para as famílias, tendo em vista que a rede ECOVIDA não vai mais certificar propriedades que não sejam totalmente agroecológicas, devido à nova lei de produtos orgânicos.

A feira semanal e o Projeto da merenda escolar são dois importantes pilares de sustentabilidade econômica da AGRUPAR. O fornecimento para a merenda escolar garante a estabilidade dos grupos de panificação e frutas, enquanto a feira garante a permanência dos grupos ligados às hortaliças, conservas e grãos (figura 11).

Figura 11: Produtos da feira livre de Canoinhas - AGRUPAR



Fonte: Nossa pesquisa (2009)

Atualmente, existem 12 famílias que fazem parte da feira, diretamente na AGRUPAR - a maioria de Canoinhas. Significa uma redução drástica no número de famílias e mulheres envolvidas na Associação, fato relacionado ao fim da compra coletiva que agregava

muitos agricultores não ecológicos interessados na compra de adubos e a renda mais baixa quando comparada como fumo.

A explicação para a participação ampla das mulheres nessa organização reside, basicamente, no discurso sobre a saúde, que foi o grande eixo dos debates promovidos durante os cursos que se iniciaram na década de 80 com a CEPAGRI.

As mulheres entrevistadas contam que, durante os encontros, aconteceram relatos de intoxicação de agricultoras e de recém-nascidos com má formação, que foram associadas ao trabalho das mulheres na lavoura do fumo e o contato com os agrotóxicos. Ainda foram discutidas as questões da amamentação e as possíveis contaminações do leite materno. Esse discurso, de acordo com as entrevistas, foi o grande motivador para a participação das mulheres na construção da associação que viria a se chamar AGRUPAR.

As entrevistadas deram ênfase na questão do risco da saúde como justificadora para a busca de uma produção diferenciada e da entrada na Associação, como sintetiza a fala da presidente da AGRUPAR:

“[...]daí a gente plantava fumo e o problema de saúde do João foi ficando muito sério. Aí ele não podia mais trabalhar no sol, não podia mais trabalhar no molhado. Eu já tinha o primeiro menino e a Sara. Também era complicado a gente lidar com veneno, amamentando. Hoje tá ótimo, sem veneno, tudo ecológico e era o que a gente buscava por causa das crianças, que era uma alimentação boa pra saúde e começamos plantando verdura. No começo nós pensamos assim: - ai meu Deus, agora que não vamos plantar fumo, vamos morrer de fome-. Sempre achava que o fumo era o melhor.[...] E desde lá a gente foi ganhando, foi ganhando em saúde.”(agricultora, presidente da AGRUPAR)

A questão ambiental também está atrelada como fator impulsionador para a organização das mulheres:

“Quando a gente começou aqui, chamavam a gente de louco, hoje chamam a gente pra da palestra na escola sobre meio ambiente e trazem os estudante aqui pra

conhecer as hortas.”(agricultora agroecológica, feirante, AGRUPAR)

Em relação à participação na AGRUPAR, além do discurso da saúde, as mulheres sentem-se motivadas por terem a possibilidade de obter uma renda, principalmente em relação à feira semanal.

“Toda semana tem aquele dinheirinho da feira garantido, eu vou pra lá e posso comprar as coisinha que precisa em casa.” (Agricultora feirante)

Em 2005 a AGRUPAR conseguiu financiamentos para aquisição de barracas, balanças e computador. Também foi possível montar uma sala, que fica junto ao Sindicato da Agricultura Familiar.

“A gente tem uma sala junto com o sindicato (SINTRAF-PN), lá tem tudo que precisa né? E também a gente conseguiu recursos pelo território... construiu a sala lá (na sede do sindicato), os móveis que tem lá, tudo com recurso de projeto. foi em 2005. É bem recente, né? Até a gente não tinha casa (sede). A gente não tem nenhuma pessoa lá, porque a própria secretária do sindicato dá o telefone e tudo né? Tem e-mail. O dia que eu precisar eu vou lá e acesso e-mail. A B. vai, quem vai pra lá acessa né? Por não ter dinheiro, a gente não tem como pagar uma pessoa pra ficar lá. O que a gente faz, a própria secretária do sindicato atende o telefone, pega o recado e me liga aqui. Daí eu vou lá e resolvo o que for. É uma troca, a gente se ajuda.”

Como mostra a figura 12 a AGRUPAR tem se relacionado com grupos e organizações que possuem projeção territorial, possibilitando, dessa forma, que as mulheres se articulem em escalas mais amplas.

Dessa maneira a AGRUPAR tem estabelecido parcerias com a Cooperativa de Comercialização Solidária (COMSOL)<sup>14</sup>, por intermédio da qual a AGRUPAR fornece produtos para merenda escolar através do

---

<sup>14</sup> **COMSOL:** Cooperativa de comercialização solidária. Fundada em outubro de 1995 por famílias de agricultores que atuavam na militância das pastorais e movimentos sociais no Planalto Norte. Constituída por uma rede de entidades da Agricultura familiar formada pelo SINTRAF-Sindicato Regional Dos trabalhadores na Agricultura Familiar/ Planalto Norte, em parceria com grupos do núcleo da rede ECOVIDA (Agrupar, Afruta, Afeira, Grupos ecológicos de Rio Bonito, Rio Dos Pardos, São Francisco, Recanto Nova Pátria, Renascer, Ouro Verde e Pinheiros.) A cooperativa propicia processos de compra e venda coletivas, principalmente de cereais e hortaliças agroecológicas para o mercado local e para exportação (COMSOL, 2007).

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>15</sup> e para o mercado local; com o programa Microbacias, com o qual a Associação conseguiu a aprovação de um projeto para a construção de uma micro-agroindústria de conservas, em 2008; com diversos outros pequenos grupos de produtores agroecológicos que também constituem o núcleo da rede ECOVIDA (Afruta, Afeira, Grupos ecológicos de Rio Bonito, Rio Dos Pardos, São Francisco, Recanto Nova Pátria, Renascer, Ouro Verde, Pinheiros); com o Movimento dos Trabalhadores Rurais por intermédio da realização de oficinas sobre agroecológicas – ainda que essa parceria se dê esporadicamente; com o programa Território da Cidadania, com os projetos de apoio à feira livre de Canoinhas; com o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Planalto Norte (SINTRAF-PN), principal parceiro, que cede espaço físico para a sede da AGRUPAR.

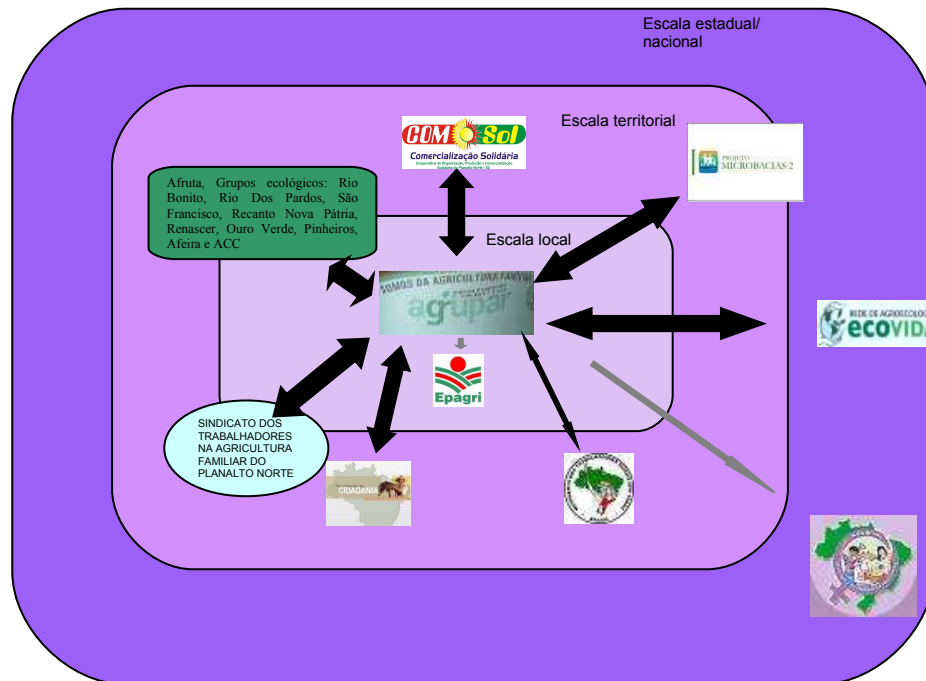
No nível estadual e nacional, a AGRUPAR se articula com a rede ECOVIDA e essa relação ocorre por meio da certificação coletiva, com base na qual a AGRUPAR garante a denominação agroecológica dos produtos. Em relação ao Movimento das Mulheres Camponesas, pode-se dizer que não há uma parceria formada, apesar dos esforços de algumas integrantes da AGRUPAR em conjunto com Militantes do MST em organizar o Movimento das Mulheres Camponesas no Planalto Norte.

Localmente, a AGRUPAR estabelece relações com a EPAGRI; no entanto, não há uma parceria firmada caracterizando-se, dessa forma, como uma relação fraca, como evidenciado na figura 12.




---

<sup>15</sup> **PAA:** Programa de Aquisição de Alimentos. Instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, tem como objetivo incentivar a agricultura familiar promovendo a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação desta produção, visando o desenvolvimento da economia local e o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais locais. (MDS, 2003).

Figura 12: Sistema de relações da AGRUPAR





-  Relação fraca, sem parceria estabelecida
-  Relação forte, com parceria estabelecida
-  Relação fraca, com parceria estabelecida

Fonte: Adaptado de Andion, (2007) e nossa pesquisa (2010)

## 5.2. Associação Comunitária da Campininha (ACC)

A comunidade Campininha é uma das maiores do município de Três Barras, com 200 famílias. No entanto, dentre essas famílias, são poucas as que se denominam agricultoras. A maior parte é assalariada, inserida no contexto de uma das mais importantes atividades econômicas do município, que é a exploração da madeira por duas empresas: RIGESA Celulose, Papel e Embalagens (subsidiária da MeadWestvaco Corporation) e a Forex. Há também, entre essas famílias rurais, os que trabalham “por dia” no cultivo da soja, na propriedade do “Japonês”. No município de Três Barras, a área destinada para florestas plantadas (Pinus e Eucalipto) corresponde a 10659 hectares (distribuídos em 91 propriedades), quase 40% da área total dos estabelecimentos rurais, que é de 27661 hectares.

O perfil étnico das famílias que vivem na comunidade pode ser dividido da seguinte maneira: aqueles que se reconhecem como descendentes indígenas, os que se intitulam descendentes dos europeus (alemães e ucranianos) e os que se denominam como “mistura” e são considerados caboclos.

“Tem o caboclo, tem o polonês, ucraniano. Basicamente são essas três etnias que tem aqui” (mulher, liderança da ACC)

Os problemas levantados na comunidade não se diferem dos de muitas outras espalhadas pelo Brasil: alcoolismo entre jovens, dificuldades estruturais (falta de escolas na comunidade, postos de saúde e falta de lazer), ausência de boas opções de trabalho, permanência de políticas clientelistas, descaso do poder público, etc.

“Tem pessoas jovens que bebem, mas eu acho que essa parte do lazer para o jovem que é muito fraca. Não tem, praticamente não existe um programa que traga o lazer para o jovem na comunidade. Então, aonde eles começam a ir para os bares. Vai para os bares, jogar uma sinuca, tomar uma cervejinha, vai para a pinguinha, aí vai. [E para a mulher jovem, aqui na comunidade, quais são as opções que ela tem?] Praticamente não tem. Tanto que eu tenho quatro filhas, eu estou só com uma aqui em casa. E essa que está aqui, ainda, que está terminando o segundo grau. Todas saíram daqui para cursar uma faculdade e

acabam no mundo lá fora, acabam não voltando. Às vezes, eu acho que eu falhei, que eu não passei para os

meus filhos aquele gosto pelas coisas daqui da terra.”  
(mulher, liderança da ACC)

A história da Associação Comunitária da Campininha inicia-se na década de 70, quando o exército brasileiro reivindicou a posse de uma área na comunidade chamada Campo da Cruz, onde viviam em torno de 50 famílias caboclas e descendentes de europeus. Durante um ano, elas brigaram na justiça pelo direito à terra, que era herança das gerações precedentes.

Aqui foi mais as mulheres que fizeram aquele alvoroço pro exército. Minha irmã tava ali. Eu não pude ir, porque eu tava meio doente. Quando nós chegamo lá tava no final já. Tavam voltando já, porque não deixavam nois passar. Teve uma mulher que se agarrou nas calça do tenente lá. Mulher quando quer, vai [...]Uma vez nós fizemos uma manifestação com o Bispo, reunimos bastante o povo. Fomos pra chegar no portão, barraram tudo... com arma... o Bispo rezou a missa ali no portão.  
(Agricultora, liderança da ACC)

Em 1972, as famílias foram despejadas de suas casas. Os relatos são de que muitas famílias foram levadas de caminhão para a praça central do município de Três Barras e lá “jogadas”.

Largaram na praça em Canoinhas. Os miseráveis ficaram na praça. Despejaram na praça. Tinha uma mulher... Meu Deus, aquela mulher largaram na praça. Coitada! Aquela mulher não tinha pra onde ir. Ela, a sogra dela e as cunhadas.” (Agricultora, liderança da ACC)

Depois, foram retornando para a comunidade para morar com parentes ou amigos “de favor”. A figura a seguir mostra a área, que atualmente é utilizada pelo exército.

Figura 13: Campo de treinamento do exército em Três Barras



Fonte: Nossa pesquisa (2009)

Nessa mesma época, havia na comunidade uma freira, Irmã Maria<sup>16</sup>, e um padre, frei Galdêncio, católicos ligados à teologia da libertação.

“Aquele trabalhou valendo! Gostava do movimento. Aquele foi bom! Ele valorizava essa questão da mulher e era muito por terra, cada um tinha que ter seu pedaço de chão”<sup>17</sup>. (homem A., liderança da comunidade Campininha)

De acordo com os entrevistados, as reuniões na igreja tornaram-se um ponto de articulação entre essas famílias descontentes com a ação do exército. A partir daí, iniciou-se uma intensa mobilização na comunidade, que reuniu diferentes famílias solidárias àquelas que haviam sido retiradas de suas propriedades. Foi nesse contexto que nasceu a associação comunitária da Campininha. A figura 14 é um registro de um evento realizado com apoio da Igreja no fim da década de 80

<sup>16</sup> Infelizmente, não foi possível identificar o nome completo da irmã Maria. Nenhum dos entrevistados pode dar tal informação e não foi possível checar os registros da Igreja. Sabemos, no entanto, que Frei Galdêncio ainda vive e reside em uma congregação franciscana no interior do Estado de São Paulo.

<sup>17</sup>

Figura 14: Evento na comunidade Campininha - final da década de 80



Fonte: Nossa pesquisa (2009)

O espaço da igreja acabou se constituindo como um espaço de debate e formação, inclusive no que se refere à questão de gênero. Daí o caráter militante da associação, inicialmente com forte participação das mulheres. A figura 15 ilustra um desses momentos.

Figura 15: Mobilização no centro de Três Barras - final da década de 70

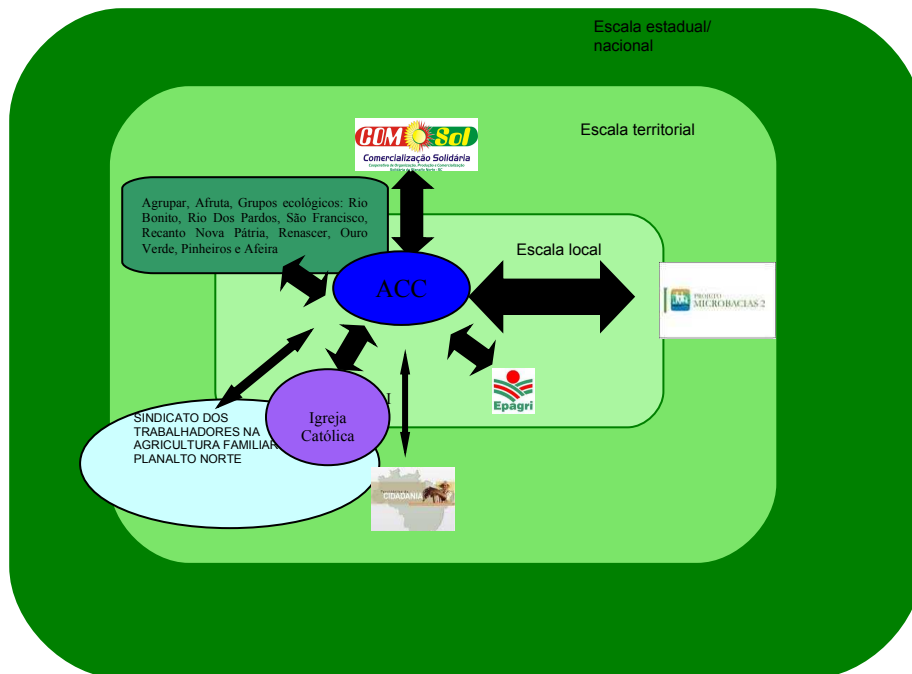


Fonte: Nossa pesquisa (2009)




No caso da Associação Comunitária da Campininha (ACC): o estabelecimento de parcerias ocorre muito mais em nível territorial; assim, podemos perceber uma forte relação de parceria entre ACC e Microbacias. Com essa articulação, a ACC tem promovido cursos de capacitação em artesanato, corte e costura, conservas e panificação, entre outros que são voltados às mulheres.

Ainda na esfera territorial, a ACC articula-se no interior da COMSOL - Cooperativa de Comercialização Solidária, que é responsável pela oferta de produtos para a merenda escolar, com grupos de agricultores ligados a rede ECOVIDA. Em relação ao SINTRAF- PN e ao programa Territórios da Cidadania a relação de parceria é esporádica, se caracterizando como uma conexão frágil e pontual. No nível local encontramos uma forte relação com a Igreja católica, locus de origem da associação e principal fonte de motivação para o engajamento das mulheres e com a Epagri. A figura 16 sistematiza essas relações identificando, a partir da largura das setas o tipo de relação estabelecida.

Figura 16: Sistema de relações da Associação Comunitária da Campininha



Fonte: Adaptado de Andion (2007) e nossa pesquisa (2010)

-  Relação fraca, sem parceria estabelecida
-  Relação forte, com parceria estabelecida
-  Relação fraca, com parceria estabelecida



## 6. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS E REPRESENTANTES PODER PÚBLICO

### 6.1 A memória sobre a participação das mulheres

A Guerra do Contestado, ocorrida no Planalto Catarinense, foi recontada a partir de diferentes perspectivas e olhares. Militares e acadêmicos, sejam da esquerda ou da direita, dominam o espaço dedicado à memória do Contestado e, em geral, dedicam uma posição periférica à participação das mulheres durante a rebelião. Estas são lembradas, em geral, nos textos como “as virgens do monge” e o papel de liderança acaba esquecido. Na revisão da literatura acadêmica, o relato sobre o papel das mulheres aparece de forma diferenciada. Esses textos podem ser mais bem entendidos quando analisados a partir de uma perspectiva de gênero e raça (OLIVEIRA, 2006) <sup>18</sup>.

Nas narrativas que apresentam a Guerra como um episódio de fanatismo, a participação das mulheres tem por base o simbolismo cristão ligado à virgindade. Ganham espaço nesses textos as jovens mulheres virgens, vestidas de branco, sem rosto, objeto de uma crença e de um monge fanático. Nesses textos, os personagens centrais são as figuras do monge acompanhado pelas virgens e por Adeodato <sup>19</sup>.

É necessário, no entanto, ressaltar que o papel das “virgens” não é retomado com base em uma perspectiva feminista para discutir a opressão dessas jovens mulheres, e sim, enquanto argumento para fortalecer o fanatismo religioso. O objetivo não é fazer uma análise crítica do papel das jovens, mas a descrição em forma de caricatura das mulheres que encarnam o papel da pureza e da santidade. Essas narrativas procuram construir uma aproximação entre a religiosidade popular e o discurso da loucura, com o objetivo de deslegitimar as contradições sociais presentes nas motivações da Guerra do Contestado.

---

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Susana A. de. Gênero: intersecções na Guerra do Contestado. In: SIMÕES, Luzinete; FUNCK, Susana Bornéo. **Saberes e fazeres de gênero: Entre o local e o global.** Florianópolis: Ufsc, 2006. p. 117-127.

<sup>19</sup> Adeodato comandou os diferentes grupos que formavam o movimento rebelde. Procurou imprimir um comando que unificasse as várias frentes de luta. Tinha 27 anos quando assumiu o posto de comando. Organizou em 1914 o reduto em Santa Maria, batizado com o nome de Maria Rosa, que chegou a ter mais de 10 mil moradores. Esse reduto foi cercado pelas forças legais a partir de janeiro de 1915 deixando as condições de abastecimento dramáticas e o comércio interrompido, contribuindo para a derrota do movimento. (MACHADO, 2004)

Outra abordagem na literatura acadêmica entende a Guerra do Contestado como um resultado dos múltiplos conflitos e transformações

em curso na sociedade do fim do século XIX e início do século XX. Aparecem, nesses relatos, os conflitos em torno da posse da terra, as divergências políticas de uma “República Velha” e os impactos da inserção do capital internacional no território do Planalto Norte. Nessa exposição, ao invés de fanáticos temos revolucionários. Há, também, referências sobre a participação das mulheres durante os confrontos, mas ainda não existem menções a respeito da participação na elaboração das estratégias. As decisões políticas, nessas narrativas são todas centradas no protagonismo dos homens.

Na literatura acadêmica do século XXI sobre a Guerra, podemos encontrar relatos científicos que mostram o envolvimento das mulheres nos espaços de decisão de todo o grupo. Um exemplo é a pesquisa de Paulo Pinheiro Machado<sup>20</sup>. Nessas narrativas contemporâneas, as mulheres deixam de figurar como mulheres de fanáticos ou de revolucionários para se inserirem nas disputas internas do movimento como protagonistas. Esse aspecto fica claro no fragmento a seguir: “No âmbito político interno, consta que o convite que Eusébio fez a Elias de Moraes foi uma iniciativa planejada por Querubina para diminuir o poder de Maria Rosa e seu pai Eliasinho” (MACHADO, 2004, p. 226).

## 6.2 Os espaços da memória institucionalizada

A memória do Contestado é lembrada, por um lado, com base na história oficial, armazenada nos museus e monumentos institucionais, que garantem a existência de uma “rememoração” apoiada no relato institucional. Sabemos que o acontecimento “rememorado” objetiva, sobretudo, o devir<sup>21</sup>. Nesse processo, podemos perceber a seleção dos acontecimentos que “devem” ser lembrados, como o fanatismo religioso e os que devem ser silenciados, como a participação política das mulheres no movimento do Contestado. Isso porque, de acordo com

---

<sup>20</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Unicamp, 2004.

<sup>21</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/ comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

Ricoeur<sup>22</sup>, a memória pode ser manipulada e utilizada para atender a interesses políticos.

A memória da Guerra do Contestado tem um espaço de referência no Planalto Norte de Santa Catarina. A principal indicação dos moradores é o museu de Três Barras, como o lugar da “verdadeira memória”. A análise da memória institucionalizada no museu de Três Barras mostra que há um lugar privilegiado para as lembranças da antiga empresa “Lumber”. A maior parte do museu é composta por objetos da empresa de colonização: exemplos são as fotos de familiares dos antigos diretores da madeireira, relatos e fotos das datas comemorativas organizadas por ela, uma antiga cadeira usada pelo dentista que atendia a alguns funcionários, os projetores de 1911 do “cinema da Lumber”, enfim, uma série de artefatos ligados a empreendimentos realizados pela Empresa. Não existe sequer uma ilustração referente às (aos) caboclas(os) que habitavam a região quando iniciou-se a exploração das terras cedidas pelo governo para a empresa de colonização, que haveria de expulsar aquelas (es) posseiras(os).

Em um canto, uma foto de José Maria tendo ao seu lado três mulheres e onde é possível ler a seguinte referência: “O monge José Maria, que reuniu os fanáticos em 1912 e que foi morto em Irani, pelas tropas do Paraná. Na foto, o monge está rodeado por três virgens, conforme a crença popular”<sup>23</sup> O uso do termo “fanático” deve ser criticado, tendo em vista que reduz toda a complexidade dos eventos para explicar as causas da Guerra através do fanatismo religioso. Discurso que nasce entre os padres católicos, oriundos da corrente ortodoxa da igreja alemã, a qual condenava a religiosidade popular.

A referência às mulheres que aparecem na foto revela o sentido que a mulher tem para essa narrativa institucionalizada. “[...] rodeado por três virgens [...]” A resposta sobre quem são elas, continua silenciada. São virgens, nada mais interessa a essa memória, que se mantém como referência da Guerra do Contestado na região do Planalto Norte. Acima da foto discutida anteriormente, encontramos um texto explicativo sobre a Guerra do Contestado. Ele se destaca da memória armazenada por ser o único material que contradiz o que todo o restante

---

<sup>22</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

<sup>23</sup> Escrito que acompanha foto do monge José Maria. Museu de Três Barras.

da narrativa induz. Nesse texto escrito, encontramos a referência aos posseiros expulsos e à ação violenta da “Lumber”. Porém, alguns

elementos permanecem, como a ideia de fanatismo, jagunços, virgindade. A referência sobre as mulheres presente no museu, quando não beira o total silenciamento, é trazida à tona pela noção de loucura. É comum o relato das mulheres que diziam “receber o monge”.

Ainda no espaço do museu, é notória a apresentação da atuação do exército durante o confronto. Os fatos selecionados apresentam-no como uma força organizada que adentrava nas matas para proteger os cidadãos contra os jagunços e para garantir a defesa da terra contestada. Em frente ao museu, um portão que dá acesso a uma área de posse do exército brasileiro. Acima dele, a seguinte mensagem: “nessas terras um dia contestadas o seu exército adentra-se para defendê-las”.

Outro importante espaço de rememoração coletiva é o da Igreja católica, que foi a responsável pelo resgate da memória do Contestado ao longo dos últimos quase cem anos do fim da guerra, nas comunidades rurais. No último dia 25 de abril, os representantes da Igreja católica de Canoinhas, ao abrirem a cavalcada que iria percorrer nove diferentes comunidades para rememorar o “São João Maria” e os fatos ocorridos durante o contestado, iniciaram seu discurso sobre a bela história do município. Claramente, faziam referência aos tempos em que a Igreja católica contou com “João Maria” para propagar a fé cristã nos afastados cantos do planalto de matas mistas de Araucárias. Ao mesmo tempo, a representação da Igreja católica silenciava sobre todos os fatos que ocorreram a partir de 1912 e que não fazem parte da bela história da região. O discurso da Igreja sobre memória do Contestado é permeado de abusos, tanto pelo silenciamento quanto pelo “abuso” da noção de fanatismo e loucura. A memória coletiva na região foi intensamente moldada pelos relatos da Igreja. É necessário ressaltar que esse discurso prevaleceu e prevalece como hegemônico dentro da Igreja enquanto Instituição, o que não significa que estejamos negando que existam outros, dentro dela.

Entre os militantes dos movimentos sociais, a rememoração ressalta aspectos diferenciados do Contestado. Nesse processo, o discurso oficial sobre a Guerra é questionado e a memória é reconstruída. Os símbolos são reestruturados de modo a se relacionarem com a história do presente: “A mãe tinha e tem o símbolo do

Contestado: a pombinha. Contava a história das bandeiras... A bandeira não era branca, a bandeira original era vermelha, daí que vem a história

do terrorismo pela esquerda, do vermelho, do PT e do MST”<sup>24</sup>. Nesse fragmento, percebemos a construção de uma ligação entre a história presente dos movimentos sociais e partidos políticos e seus símbolos (bandeira vermelha) e a memória da Guerra. No caso, o entrevistado questiona o relato oficial sobre a cor da bandeira do movimento do Contestado, o que justificaria o temor ou “terror” da sociedade local diante do símbolo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Podemos notar que, em relação à participação das mulheres, são selecionados para a lembrança os aspectos que afirmam o papel delas como lideranças ativas durante a guerra: *“Na luta do contestado apareceu o que? A Maria Rosa a Chica Pelega. Elas não apareceram na história, elas fizeram a luta, mas não apareceram[...] as mulheres sempre estiveram junto[...]”*. Percebemos aí a afirmação da participação das mulheres, não só de Maria Rosa e Chica Pelega, sempre presentes nas narrativas por seus feitos heróicos, mas a afirmação do papel das mulheres enquanto sujeitos históricos.

Essa memória também está inscrita no espaço. O território está marcado pela religiosidade popular que permeou a Guerra do Contestado. Marcas que resistem como rugosidades<sup>25</sup> de uma história recente: as grutas cheias de pedidos, terços e orações; a preparação dos remédios, as simpatias. Enfim, a história viva que se reconstrói, ou finalmente se faz escutar. Nesse processo as mulheres têm tido papel fundamental. Elas são as responsáveis pela manutenção dos ritos de cura, realizam as simpatias, que dizem terem sido aprendidas pelos antepassados com o próprio “São João Maria”. Enfeitam de rezas e terços as grutas e as árvores por onde o monge pousou. Disseminam os conhecimentos relacionados aos rituais.

---

<sup>24</sup> Entrevista realizada em Canoinhas (16/ 01/ 2009).

<sup>25</sup> “Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator.” (SANTOS, p. 92) SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

As rezas do terço do Divino são momentos em que as famílias se reúnem e relembram o Monge como “São João Maria”, os milagres e depois o episódio da Guerra. Importantes lideranças políticas participam e mobilizam esses encontros, que se constituem em espaços onde a memória do episódio é resgatada e passada para as próximas gerações. As famílias que articulam e articularam a AGRUPAR, o Sindicato da Agricultura Familiar de Canoinhas, que participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores são as mesmas que mobilizam esses momentos e criam novas condições<sup>26</sup> para a resistência dessa memória ligada ao Contestado.

Um aspecto importante nessas narrativas é que a ausência de outras figuras centrais, além do monge, na memória dos(as) entrevistados(as), permite perceber que, para eles, não existia uma estruturação diferenciada de poder entre os seguidores do monge. Constata-se uma hierarquia apenas em relação a ele, que seria hierarquicamente superior, por seus conhecimentos mágicos, estratégicos ou inteligência. No entanto, os(as) entrevistados(as) rememoram uma divisão do trabalho entre os homens e as mulheres que eram “seguidores de João Maria”. Os(as) entrevistados(as) sempre retomam o papel da mulher como responsáveis por tecer a bandeira do Movimento e pelos processos relacionados à cura. É necessário ressaltar que esse papel não aparece inferiorizado em relação ao papel dos homens: ao contrário, a “rememoração” parece fortalecer os atributos de sabedoria e o poder das mulheres.

### **6.3 A participação das mulheres atualmente: o olhar das lideranças femininas do MST, AGRUPAR e ACC**

*“Evoluiu um tanto, mas as mulheres são muito exploradas. É uma luta, vai ser uma luta pra sempre.”* Assim inicia sua fala a entrevistada, que é uma das lideranças femininas do MST no Planalto Norte-SC, sobre o protagonismo das mulheres. Para ela, *“num mundo*

---

<sup>26</sup> A partir do dia 25 de abril até 03 de maio está marcada a primeira cavalgada de “São João Maria”. O objetivo é fortalecer a memória popular e restaurar os “cruzeiros” que marcam os locais onde o monge pousou nessas comunidades. Serão realizadas nove reuniões em diferentes comunidades para relembrar as histórias ligadas ao Contestado.

*machista as mulheres são vistas como mão de obra barata, de pouca valia.*” A entrevistada, que é coordenadora de educação no assentamento em Irineópolis, acredita que a participação das mulheres é freada por conta das responsabilidades da casa,

“Mas é isso que eu estou te dizendo: com quem fica a responsabilidade da casa? É da mulher, então a mulher é que se prende mais, ela tem menos espaço por isso [ativismo político]. Na casa dela ela tem de esperar a filha ter 14 anos pra começar a se libertar” (I., coordenadora de educação do assentamento Irineópolis)

E também, pelos trabalhos na propriedade executados pelas mulheres junto com os homens, o que dificultam a “saída” das mulheres.

“ela se prende em casa, pelo terreno que tem pra trabalhar, pela vaca do leite que tem pra tirar, pelo queijo que tem pra fazer, não dá tempo. Na hora da colheita ela tem de estar junto.” (I., coordenadora de educação do assentamento Irineópolis)

A fala acima indica que a rotina de trabalho das mulheres no assentamento inclui os trabalhos no interior das casas e da roça e que o “cuidado com a casa” e com os filhos fica a cargo das mulheres, o que as deixa “sem tempo” para o envolvimento e participação política. Para outra liderança feminina, coordenadora da área de saúde, as dificuldades também estão relacionadas à “saída”.

“O complicado mesmo pra mulher é a saída. Por exemplo, pra ir numa ocupação, ajudar a ocupar, ou uma reunião. Eu mesma já fiquei meio sossegada, eu ajudo a fazer a parte da coordenação. Então, ultimamente já deixei mais para eles as saídas. Até já disse: se alguém quiser assumir o meu lugar... que a gente cansa né? Agora vão fazer seis anos de acampamento, eu fiquei dois anos e meio sozinha e daí eu fiz a frente do acampamento e fui sempre coordenadora.” (E., coordenadora de saúde do acampamento “Vale da Conquista”)

Podemos perceber ainda que a participação das mulheres oscila, sendo mais intensa no interior dos acampamentos e assentamentos, onde as mulheres desempenham papel de coordenadoras nas áreas sociais

(saúde e educação principalmente) e menos intensa em fóruns e ações externas.

As saídas são difíceis também pela relação presente no interior dos grupos familiares e nas relações estabelecidas entre os casais.

“E depende dos planos também, não é o nosso caso, mas a gente viu bastante... as vezes tem mulher que tinha vontade de ir mas o marido não deixava, ou o marido que queria participar e a mulher não deixava.” (E., coordenadora de saúde do acampamento “Vale da Conquista”)

A participação na organização interna dos assentamentos e acampamentos aparece como uma opção para as mulheres, tendo em vista que esses trabalhos de coordenação não exigem “saídas” e dessa forma são conciliáveis com o “cuidado” da casa e dos filhos.

“Sempre fiquei como coordenadora dentro do acampamento pra não ter de ir pra longe, daí.” (M. F., coordenadora de saúde do acampamento “Vale da Conquista”)

Dessa maneira apesar de estarem (in)visíveis nos espaços da macropolítica elas se encontram na base das organizações por onde passa a micropolítica.

O mesmo pode ser identificado nas falas das lideranças da AGRUPAR que inicialmente colocam que o envolvimento das mulheres é difícil por que as mulheres são “acomodadas”.

“E a gente tá assim brigando pras mulheres participarem, mas eu ainda vejo que as mulheres são muito acomodadas. Poderia ter mais participação. Já em vista do que era antes, já evoluiu bastante. Já melhorou muito a participação. Quando eu digo que vou ficar em casa, que eu não vou mais, eu estou me acomodando. Mas cada um tem seus problemas... mas sempre que dá eu estou lá.” (L., liderança da AGRUPAR)



“Um pouco eu acho que é comodismo. A gente sempre acha que é mais cômodo ficar só ajudando.” (B., liderança da AGRUPAR)

O termo “acomodadas”, que é polissêmico, pode ser entendido como “conforma-se” e “resignar-se” com uma determinada realidade, que é a da “falta de tempo”, o casamento, o “cuidado” dos filhos e da casa como mostra as falas a seguir:

“E um pouco... pra gente falta um pouco... na verdade falta tempo pra você participar” (B., liderança da AGRUPAR)

“Eu como nunca casei saí mais um pouco. Eu ia no sindicato, fiz parte da diretoria do sindicato. Eu trabalhava lá com o João, ajudando né? Só que depois quando eu tive a primeira (filha) eu tive que parar, com criança a gente não pode estar saindo. Mas lá na comunidade também, a gente sempre participa, da microbacia, a gente faz parte, faz parte de uma cooperativa de fruticultoras lá no município. Fui presidente da associação de moradores até meio de setembro.” (IL., liderança da AGRUPAR)

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o termo “acomodada” significa resignar-se, também pode ser entendido como “adaptar-se”. Ou seja, a ação das mulheres se dá mais em nível micropolítico pelo fato de que elas precisam adaptar sua ação política ao cuidado com os filhos e com o trabalho, na medida em que esses são também desejos dessas mulheres, como mostra a fala a seguir:

“Eu também fui muito mãe coruja. Enquanto meus filhos eram pequenos... é uma cruz pra mim, sair e deixar os filhos. Hoje o menor tem 11 anos, mas se eu tiver que ir pra um lugar pra ficar 2, 3 dias e daí por a gente ser mãe coruja, os filhos também são muito dengosos. Ah, mãe, mas você vai ficar 3 dias... Então se eu achar um meio de não sair... sabe? [...]Eu penso assim, eu acho mais

cômodo ajudar, sabe como é? Não assumir. [...] Com isso eu nunca me preocupei: dizer, o marido dizer que eu não

posso sair por que tem a casa pra limpar ou comida pra fazer. Mas pros filhos... isso me prende... se eu pudesse levar daí eu saia sem problema.” (B., liderança da AGRUPAR)

Podemos com essa fala considerar que a estratégia dessas lideranças não passa por ocupar o espaço macropolítico (“Então se eu achar um meio de não sair... Sabe?”), mas sim passa pela micropolítica que é adaptável a seu cotidiano.

Apesar de não ser adaptável à subjetividade dominante, o modo de “ser mulher” dominante, a macropolítica é atraente, aos olhos dessas mulheres, por que proporciona um aprendizado e uma experiência de poder diferenciada, que não existe na micropolítica. Então existe uma *tensão de escolha* como indica a fala a seguir:

“Eu tenho até a 4ª série de escola, mas de estrada eu considero uma faculdade, de conhecimento não no banco de escola, mas vivencia na militância.[...]Se bem que você sai, você conhece o povo, você sai um pouco [...] aí depois que nós passamos por essas lutas: PT, sindicato, agroecologia, você começa a conviver, a aprender. Aí você não se contenta mais em trabalhar só na roça. Eu sinto falta, me dá agonia de ficar assim uma semana, duas ou seis meses sem sair. Eu acho falta de sair, não encontra uma coisa pra você fazer, aprender coisa nova, conhecer pessoas diferentes.”(B., liderança da AGRUPAR)

“Eu não posso considerar que eu não tive oportunidade. Aí eu ganhei ele e minha tia veio morar comigo, eu trabalhava na roça, eu ia pra roça, pro cabo da enxada e ele ficava com ela. Então eu sempre pude sair, mas eu tive 4 filhos: o mais velho tem 18 e a menor tem 11. Então eu fiquei mais e o João saiu mais. Eu dizia pra ele, nós estamos criando uma diferença muito grande de conhecimento entre nós. Eu saia mas não tanto quanto ele.” (L., liderança da AGRUPAR)

Mas essa tensão pode ser aliviada quando existe uma influencia positiva por parte dos familiares ou por parte do grupo social a que pertence:

“E quando ele (o irmão) começava a me despertar praquelas coisas de agroecologia e a compra coletiva, a gente foi trabalhar junto, como um par e a gente foi crescendo junto, fundamos o PT” (B., liderança da AGRUPAR)

Ou ainda através do “trabalho de grupo”, da cooperação para uma das lideranças do MST.

“Então precisava assim que conseguisse diminuir esta dificuldade, que é trabalhar em forma de grupo e iria dar uma liberdade maior. Era necessário que... não sei se por família, por proximidade, por convivência... teria de se formar grupos pra diminuir o individualismo que prende. Prende todo mundo.” (I., coordenadora de educação do assentamento Irineópolis)

Essa *tensão de escolha* pode ser rompida por um “sonho” como relata a coordenadora de saúde do acampamento quando relatando sua experiência de ingresso no MST:

“Mas a participação, o que facilita mesmo é a força de vontade [...] Muitas vezes tivemos de dormir tudo molhado, dava aqueles estouros de vento, estourava tudo e molhava tudo, molhava a comida, a roupa... foi complicado... eu sofri e dormia pingando água. Nós sofremos na BR, lá nos ficamos dormindo uma semana no colchão molhado. [...]O pessoal desistiu, todos. Até meu pai que veio acampar comigo voltou. Ele viu o assentamento, mas não acreditava. A mesma coisa é um sonho, você tem de bater ali até conseguir. Se não conseguir, tu não para. E tem que resistir. Não é uma coisa fácil, tem que resistir senão tu não... é uma luta bem interessante. Tem até um jeito de falar nosso: quem não desiste consegue, quem desiste não consegue.” (E., coordenadora de saúde do acampamento “Vale da Conquista”)

Entre as Lideranças da ACC o discurso se modifica em relação a participação das mulheres que passam a ser estruturada tendo por base a noção de “etnia” e “origem”:

“A parte social é sempre mais trabalhada com elas (Caboclas). Já a parte de renda é mais outra etnia. Sempre é ucraniano, polonês, que pega nessa parte do trabalho. [...] Assim, por exemplo, eu tentei formar um grupo para que elas consigam trabalhar, elas não têm aquele espírito empreendedor, assim, de querer fazer alguma coisa para elas. Assim, para elas ganharem dinheiro de artesanato. Que nem, a gente tem uma abundância de carneiro. Então, eu tentei colocar num grupo, assim, para fazer um fio da lã de carneiro, rústica. A gente tá para montar um ponto de venda lá na beira do asfalto. Então, seria interessante ter um artesanato nosso. Não consegui fazer com que a coisa andasse. Sempre falta lugar, uma coisa ou outra tá faltando. Já duas que, já uma descendência que não sei se é ucraniana, polonês, que foram fazer curso para fazer acolchoado, elas estão fazendo. E aquelas emperrou. Sabe, se não tiver uma pessoa de outra origem que esteja junto com elas puxando parece que elas não vão. Elas não têm iniciativa própria para fazer as coisas.” (J., liderança da ACC)

Mas quando relatam a motivação que elas tiveram para participar da ACC percebemos que as diferenças de “origem” e “etnia” se minimizam diante da categoria “nossa comunidade”. As diferenças acabam escondidas atrás dos discursos globalizantes como nos fragmentos a seguir:

“Entrei só mesmo para ajudar, nossa comunidade com uma coisa diferente. nossa comunidade e muito carente, tá fraca.” (S., liderança da ACC)

“Acho que posso contribuir muito mais com o lugar onde eu vivo, ajudar as pessoas” (J., liderança da ACC)

#### **6.4 O olhar do “outro”: algumas perspectivas masculinas sobre a questão**

##### Olhares do poder público:

Para os dois técnicos do INCRA entrevistados as atividades econômicas se modificaram no Planalto Norte, mas a *“estrutura cultural”* ainda é a mesma. Por isso *“as mulheres não participam... cultura não se transformou na mesma velocidade, a estrutura das famílias não mudou”*.

Para eles a dificuldade de organização popular nessa região se dá por conta dessas relações ainda coronelistas. Como fala o entrevistado F: *“Lá o empregado explorado agradece o patrão”*. Essa estrutura é mantida de acordo com técnicos por conta do monopólio que a mídia possui na região e da influência das madeireiras.

Outro técnico, A. (articulador da política do território rural), acredita que a dificuldade de articular projetos *“para mulheres”* reside no fato de que elas não estão organizadas na região e enquanto articulador não encontra abertura dos atores locais para debater o tema *“não encontramos abertura dos atores sociais locais para debater e priorizar o tema”*. Além disso, encontra a questão étnica como um recorte fundamental quando se fala de mulheres na região: *“Se for abordar o tema é preciso tratar das mulheres caboclas que se encontram em contextos mais vulneráveis e nesse ponto a abertura é menor ainda”*.

A perspectiva se altera aos olhos de um membro do poder público municipal, que considera que a questão da participação e organização das mulheres está na qualidade das políticas públicas que são destinadas a esse segmento social e não na ausência:

“E isso tem a ver com a forma da direção política da região. Se eu sou um prefeito e a política pública leva pras mulheres um curso de costura. Tem muito disso aí. Ah, vai fazer um trabalho com as mulheres lá não sei aonde: leva um curso de costura, de culinária. Não leva um programa de administração rural, não leva um curso de formação política. Então não inclui. Pra melhora as mulheres pra explorar melhor elas né? É assim, a linha

das políticas públicas por aqui são assim . Curso de costura, curso de culinária. E aí quando você vai na comunidade, e por favor não vai me ajudar a mentir, heim? Mas você vai lá discutir alguma coisa relacionada a economia... a direção política vem os homens, só vem os homens. As mulheres ficam tudo em casa. Você vê lá 30

homens e 1 mulher ou 2 no meio. É um desafio. No sindicato nós criamos uma coordenação de jovens e gênero. Isso dá um pepino também.... falamos, mas olha são vocês que tem de dirigir. Então começa dia 8 de março, as mulheres começam a se organizar e já começam a participar como dirigentes, não como um adendo do homem.” (J. G., vereador do PT de Canoinhas/ liderança do SINTRAF-PN)

### Olhares da sociedade civil organizada

A liderança do SINTRAF-PN retoma a questão do “comodismo” para justificar a fraca participação das mulheres, mas nesse contexto “comodismo” está relacionado ao “medo de agir” herança do “massacre” durante a Guerra do Contestado.

“a região é muito acomodada, a sociedade civil vai a reboque, não consegue participar. O massacre durante a Guerra do Contestado intimidou as pessoas. A herança que ficou daquela época é o medo de reagir. Chamamos há um mês os agricultores e agricultoras para um manifesto, mas não conseguimos participação” (A. B., liderança do Sindicato)

A presença de outras mulheres na comunidade é entendida como um fator que impulsiona o ativismo das mulheres.

“Era aquele negócio lá da... do município... da CARESC ... tinha uma engenheira e um técnico né. As extensionistas! A função dessas extensionistas era de visitar a comunidade e isso lá em 80 e pouco... por aí, né. Aí ela fazia reuniões aqui. Umas reuniões assim pra discutir os problemas da comunidade e só presença dela conversando com os homens na propriedade sobre as colheitas modificou o jeito das pessoas pensarem né.”(A., liderança masculina da ACC)

## **6.5 A micropolítica como estratégia de ação**

Foi possível perceber com os resultados apresentados anteriormente que a primeira barreira apontada pelas lideranças femininas se relaciona com a falta de tempo devido à “*responsabilidades da casa*” que “*fica*” com as mulheres. A mulher se “*prende mais*”, fica difícil “*sair*”, por isso tem menos espaço para

participação política. De fato, essas “*responsabilidades*” como foi apontado por Bruschini (2006), demandam em média 27,5 horas semanais das mulheres. Considerando que somado aos “*afazeres domésticos*” as mulheres rurais ainda desempenham outros trabalhos principalmente nos períodos de colheita, se torna compreensível que elas considerem que “*não dá tempo*” para envolvimento político.

Salvaro (2004) mostrou como o conceito de trabalho dentro do assentamento que ela analisou implicava na desvalorização das mulheres enquanto grupo produtivo, tendo em vista que só se considerava produtivo o trabalho para subsistência e comercialização. Silva (2004) relata em seu trabalho que existe uma “*resistência*” em participar politicamente por parte das mulheres. Diferente do que constatou a autora anterior, o que percebemos no nosso trabalho não é uma “*resistência*” mas, uma adaptação da ação política, ou seja, as mulheres lideranças que entrevistamos encontram nos pequenos grupos, associações e coordenadorias em assentamentos e acampamentos um espaço privilegiado para o exercício do protagonismo político.

Por outro lado, encontramos as mesmas motivações nas nossas entrevistas para constituir sua adaptação que Silva (2004) relatou encontrar, ou seja, a ação em escala micropolítica é uma forma de evitar a sobreposição de trabalho (“trabalho” político e o trabalho da casa) e a impossibilidade de romper com o que as entrevistadas consideram como seu papel: o cuidado da casa e dos filhos.

As falas: “*achar um meio de não sair... sabe?*” e “*Sempre fiquei como coordenadora [...] pra não ter de ir pra longe, daí*” refletem que as mulheres procuram alternativas para atuar politicamente, quando o contexto familiar interno torna as “*saidas*” difíceis, principalmente quando os filhos são pequenos porque “*é uma cruz [...] sair e deixar os filhos*” e também por conta da carga de trabalho que reúne os afazeres

domésticos e ainda o trabalho produtivo, ou seja, quando “*na verdade, falta tempo pra participar*”.

O termo “*saida*” nesse contexto designa as atividades externas à comunidade como encontros, reuniões, mobilizações que exigem que a pessoa “*fique assim 2, 3 dias fora de casa*” e que faz parte do cotidiano daquelas lideranças que desempenham seu ativismo no contexto macropolítico.

Outro ponto que os resultados desse trabalho indicam é que há uma diferença qualitativa entre a participação das mulheres durante o período de conquista da terra e depois nos assentamentos e acampamentos no MST no Planalto Norte Catarinense. Essa diferença se relaciona a flexibilidade do trabalho presente na coordenação no interior dos assentamentos. O trabalho de coordenadora no interior dos assentamentos e acampamentos seria aquele que permite às mulheres exercer sua ação política sem ter que “sair”. Esse resultado se distancia do encontrado por DEERE (2004) que afirma que uma vez que os assentamentos estão constituídos, poucas mulheres participam tão ativamente.

O que percebemos nas nossas entrevistadas é que existe um ativismo que se dá na organização interna dos assentamentos resultado da escolha das mulheres, mas que não está visível. Essa escolha como já foi apresentado por Silva (2004) é uma forma que permite as mulheres não romper com a organização interna do grupo familiar. Uma vez que as “saídas” vão de encontro aos papéis sociais estabelecidos.

Essa estratégia de atuação política no nível micro é adaptável, pois é parte de um modo de ser mulher paradoxal, que possibilita a essas mulheres terem experiências de poder sem transformar a estrutura no interior do grupo familiar mantendo o papel social que tradicionalmente as mulheres desempenharam - o cuidado da casa, da lavoura, dos filhos.

Mas lembramos que esse modo de ser paradoxal existe em um campo de tensão, que estamos chamando de *tensão de escolha* porque a macropolítica, que não está sendo acessada pelas mulheres, proporciona um aprendizado e uma experiência de poder diferenciada, e de visibilidade que não existe na micropolítica.

O “*trabalho de grupo*” é levantado como uma possibilidade para liberar as mulheres para participar dos espaços de decisão política fora das comunidades e assentamentos, mas como mostrou Silva (2004) em

seu trabalho em assentamento coletivo essa dificuldade só pode ser ultrapassada se o conceito de trabalho for revisto de forma a incorporar o trabalho reprodutivo.

Encontramos também entre as lideranças da AGRUPAR a mesma questão referente às “saídas”, retomando a questão dos filhos e do trabalho como justificadores - “*Aí eu ganhei ele e minha tia veio morar comigo, eu trabalhava na roça, eu ia pra roça, pro cabo da enxada e ele ficava com ela.*” - Mas as lideranças consideram que poderiam sair se



não fosse o papel social que desempenham “ *Então eu sempre pude sair, mas eu tive 4 filhos...*” ou quando reconhecem que tiveram oportunidade “*mas*” quando se tem o cuidado da casa, a lavoura e os filhos o poder “*sair*” fica restrito. Nesse contexto faz sentido a afirmação “*Eu como nunca casei saí mais um pouco, só que depois quando eu tive a primeira eu tive que parar*”, mas não entendida como uma privação imposta pelo cônjuge, mas pelas “*responsabilidades*” inerentes ao papel social da mulher rural no interior dos grupos familiares e sua incompatibilidade com as “*saídas*, na opinião das entrevistadas. Mas há ainda um ativismo compatível com esse contexto, como vemos na afirmação seguinte: “*Mas lá na comunidade também, a gente sempre participa, da microbacia, a gente faz parte, faz parte de uma cooperativa de fruticultoras lá no município. Fui presidente da associação de moradores*”.

Em se tratando da motivação das lideranças, especificamente das mulheres no MST, os resultados se aproximam da teoria de Domingues (2007). De fato as entrevistadas relataram o desejo de conquista da terra, como motivação como um “*sonho*” a ser conquistado. A “*força de vontade*” de “*conquistar um pedaço de terra*”. Entre as lideranças da AGRUPAR aparece a questão da saúde como motivador para a participação na associação. Essa questão como foi apontada nos resultados tem como pano de fundo a cultura do fumo no Planalto Norte de Santa Catarina - “*daí a gente plantava fumo e o problema de saúde do João foi ficando muito sério*”. Essa motivação também se relaciona com o trabalho realizado pela CEPAGRI, na região no final da década de 80, mas que se multiplica através do discurso e prática dessas mulheres.

Já as lideranças da ACC apresentam suas motivações “*Entrei só mesmo para ajudar, nossa comunidade [...]*”. Nesse ponto retomamos o

trabalho de Anjos (2008), pois, identificamos algumas das motivações já citadas pela autora anterior, ou seja, a satisfações morais, acúmulo de capital cultural, busca de reconhecimento das populações pelas quais atuam.

Se existe aproximações entre o discurso das lideranças da AGRUPAR e do MST encontramos um distanciamento em relação às lideranças da ACC. Enquanto para as primeiras a participação das mulheres (entendidas enquanto categoria universal) é freada pelo papel desempenhado pelas mulheres no interior do grupo familiar, para as

últimas a *“fraca participação”* aparece como um traço cultural, desse modo *“se não tiver uma pessoa de outra origem que esteja junto com elas (caboclas da comunidade da Campininha) puxando parece que elas não vão. Elas não têm iniciativa própria para fazer as coisas.”*. Renk (2001) detalhou essa relação conflituosa entre os imigrantes europeus e os caboclos no Oeste de Santa Catarina. Mais interessante notar, no caso das entrevistas da ACC, é que as diferenças de *“origem”* e *“etnia”* se minimizam diante da categoria *“nossa comunidade”*.

Quando comparamos perspectiva das lideranças femininas entrevistadas com a das lideranças masculinas e de representantes do poder público percebemos algumas diferenças e aproximações. O olhar dos agentes do INCRA se aproxima da perspectiva das mulheres lideranças entrevistadas, na medida em que consideram a estrutura familiar como um empecilho para a participação das mulheres, nas palavras dos entrevistados, *“a estrutura das famílias não mudou”*. Para outro representante do poder público, *“é a política pública que leva para elas”* que não *“forma”* as mulheres para a *“participação política”*. Há uma complementaridade nas perspectivas, pois quando se *“leva um curso de costura, de culinária”* de fato se trabalha apenas com a questão da renda sem discutir a estrutura interna familiar.

Há complementaridade, também quando se considera que a participação das mulheres pode ser dinamizada quando existem mulheres desempenhando um papel social diferenciado - *“só presença dela (extensionista CARESC) conversando com os homens na propriedade sobre as colheitas modificou o jeito das pessoas pensarem né!”*. Ou seja, de fato os entrevistadas e entrevistados concordam que existe uma limitação que se relaciona ao papel social que as mulheres rurais desempenham.

Ainda há pontos de distanciamento quando comparamos com a fala do presidente do SINTRAF que atribui a pouca participação das mulheres e dos homens como um resultado do massacre ocorrido durante a Guerra do Contestado isso porque, na perspectiva dele *“O massacre durante a Guerra do Contestado intimidou as pessoas”*.

Os diferentes olhares das lideranças femininas e masculinas e dos representantes do poder público se aproximam e se distanciam, e se complementam. Na medida em que não encontramos contradições nas diferentes falas.

É preciso ainda destacar outros pontos referentes às experiências em curso protagonizadas por mulheres especificamente a experiência da AGRUPAR. Os resultados desta pesquisa apontam para o fato de que as experiências têm contribuído para a construção de uma matriz de produção ambientalmente sustentável, para o fortalecimento dos contextos de aprendizagem e geração de alternativas de renda e trabalho para as mulheres no espaço rural do Planalto Norte. Mesmo em uma escala micro as iniciativas são potencialmente inovadoras para o contexto ameaçador das culturas convencionais do fumo - pelo uso de agrotóxicos, pelos riscos de contaminação, pela relação de dependência com as agroindústrias do fumo - e do pinus - e pela degradação da propriedade.

Já em relação ao papel social da mulher as experiências não representam espaços de rompimento, mas adaptação como foi identificado. Uma identidade política feminina (CARNEIRO, 1998) está se constituindo no interior dessas experiências, mas ainda sem indicar uma possível alteração na estrutura no interior das famílias. Isso se relaciona com o fato de que não é o discurso feminista que orienta o protagonismo das mulheres.

## 7. CONCLUSÕES

Esse trabalho teve como objetivo principal analisar a percepção das lideranças do campo (homens e mulheres) e dos representantes do poder público em relação aos fatores que potencializam e os que dificultam o protagonismo político das mulheres.

Sobre a memória da participação das mulheres durante a Guerra do Contestado pode-se indicar que a memória institucionalizada não dá visibilidade a participação das mulheres, nem mesmo em nível micropolítico. O viés ideológico em torno da memória institucional procura justificar a lógica do capitalismo industrial, que se inseria naquele território a partir do início do século XX. As lembranças institucionais estão selecionadas, como descrito no museu de Três Barras, em torno dos feitos da Companhia *Southern Brazil Lumber*. A crença no “desenvolvimento” da região é organizada em torno das lembranças do “cinema da lumber”, do “dentista da lumber”, do “hospital da lumber”. Recortes narrativos que levam o espectador a acreditar e defender como fundamental a presença da multinacional no território. Tal seleção justifica as contradições atuais que marcam a realidade atual do território. Em Três Barras, por exemplo, as terras estão sendo cada vez mais ocupadas com plantação de pinus para a multinacional Rigesa.

Os feitos “heróicos” do exército e das tropas que serviram durante a Guerra são expostos de maneira excessiva. A narrativa está composta de forma a compor um quadro que coloca fanáticos, desordeiros, atrasados, como um projeto de nação que foi substituído pelo projeto de ordem, crescimento e riqueza de outro. Façanha conquistada por distintos coronéis. É preciso lembrar que, nesse momento, o exército, ao lado da Rigesa, compõe os maiores latifúndios na região.

Ainda por outro viés, podemos pensar a Guerra do Contestado como o encontro de diferentes lógicas de civilização. De um lado o Estado e de outro a população cabocla e seu ethos. Nesse sentido, a seleção das lembranças dá lugar à afirmação da loucura e do fanatismo dos caboclos e não da diferença, do choque ocorrido com a presença do Estado, tendo em vista que o este, enquanto instituição coletiva e

despessoalizada, inexistia para a população que vivia espalhada no Planalto Norte, próximo àqueles anos. (AURAS, 1984).

Dessa maneira a memória institucinal da Guerra do Contestado parece operar de forma a dificultar a participação das mulheres.

Ainda foi possível perceber que as lideranças femininas do MST e da AGRUPAR entrevistadas, identificam no interior do grupo familiar as principais dificuldades para participarem politicamente, dificuldades relacionadas principalmente aos “cuidados com a casa” e “filhos”, que impedem que as mulheres possam “sair”. Já as entrevistadas da ACC identificam a cultura das mulheres caboclas como um limitador para a participação política.

Quando comparamos as falas das lideranças femininas (MST, AGRUPAR, ACC) com as falas das lideranças masculinas (SINTRAF) percebemos que elas se distanciam, pois os últimos não fazem referência ao contexto interno do grupo familiar para justificar a dificuldade de participação das mulheres. O primeiro elemento que apresentam se relaciona ao medo presente na população - tanto homens quanto mulheres-, que na opinião dos entrevistados, é resultado da Guerra do Contestado e os “traumas” deixado pelo conflito. O segundo elemento se relaciona ao tipo de política municipal que é estruturada para atender às mulheres rurais e que não garante formação política.

Já os olhares das lideranças femininas (MST, AGRUPAR, ACC) e a perspectiva dos entrevistados representantes do poder público se aproximam, pois reconhecem os mesmos elementos limitadores para participação das mulheres: a estrutura interna das famílias.

Em relação à identificação das motivações das lideranças femininas para se organizarem coletivamente no espaço rural do Planalto Norte de Santa Catarina (PN-SC) foi possível identificar nas falas das entrevistadas do MST que a motivação se relaciona ao sonho de conquista da terra. Para as entrevistadas da AGRUPAR é a problemática da saúde que se impõem em um contexto de cultivo de fumo com uso de agrotóxicos. Para as lideranças da ACC é a noção de “ajuda” e “melhoria” da comunidade.

Procuramos também dar visibilidade às microexperiências organizacionais lideradas por mulheres na região e suas possíveis contribuições socioeconômicas. Mostramos que a história da AGRUPAR está atrelada a do SINTRAF e nasce em um contexto de

mobilização dinamizado pela CEPAGRI e pelas CEB's. A ACC tem sua origem em um conflito por terra ocorrido entre o exército e a população que ocupava o antigo Campo da Cruz e teve como principal dinamizadora a Igreja Católica na comunidade.

Tendo em vista, por um lado, as dificuldades relatadas pelas lideranças em relação à participação política e por outro, o protagonismo que essas mulheres tem tido nas microexperiências relatadas nos assentamentos e acampamentos, foi possível inferir que o ativismo no nível micropolítico é uma forma que as lideranças encontraram de exercer sua ação política sem romper com a estrutura interna da família. Nesse sentido, não há uma inovação no papel social que essas mulheres desempenham no interior dos grupos familiares, mas antes uma adaptação da ação política.

No decorrer desse trabalho algumas questões foram levantadas para futuras pesquisas. Entre elas podemos destacar a questão do tempo gasto com as atividades dentro da rotina diária das mulheres rurais no Planalto Norte de Santa Catarina, especificamente das lideranças, tentando na linha de Bruschini (2006) apresentar dados sobre o tempo gasto nas atividades produtivas, reprodutivas e no lazer, com foco específico na agricultura familiar. Outra questão, se refere a inexpressiva presença de um movimento de mulheres que questione o papel social das mulheres no Planalto Norte de SC. Ainda evidenciamos a necessidade de pesquisar o histórico de articulação do MST no Planalto Norte.

Por fim, gostaríamos de apontar a necessidade de pesquisas com foco específico na situação das mulheres caboclas nos municípios que compõem a região do Planalto Norte de Santa Catarina. Isso porque, esse trabalho apresentou alguns indicativos da situação desse segmento social no espaço rural do Planalto Norte, como o fato de se constituírem como assalariadas e como segmento que não tem acessado a terra. Uma pesquisa com foco específico ou com objetivo de comparar a realidade social das mulheres caboclas com as das descendentes de ucranianos, poloneses e alemães, possibilitaria aprofundar o entendimento sobre a situação política dessas mulheres e identificar os fatores contrários e favoráveis à participação política das caboclas.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia aplicada**, v 4, n° 2, abril/junho de 2000- no prelo- aceito em março de 2000.
- ABRAM, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e cultura**. [online]. 2006, v. 58, n. 4, pp. 40-41.
- ADÃO, Nilton Manoel Lacerda. **MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E A SEMEADURA DE NOVAS PERSPECTIVAS: OS SIGNIFICADOS DA (RE)PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS PARA AS MULHERES NO OESTE CATARINENSE**. Dissertação (Mestrado) - Ufsc, Florianópolis, 2009.
- ARAUJO, CLARA. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 231-252.
- AURAS, M. **Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Unesp, 2001.
- BOYER, V. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. **Mana**, 1999, vol. 5, n. 1, ISSN 0104-9313.
- Boeira; Guivant. Industria do Tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cad. Pesqui.** 2007, vol.37, n.132, pp. 537-572.

- 
- \_\_\_\_\_. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2006, vol.23, n.2, pp. 331-353.
- BRUMER, Anita. GÊNERO E AGRICULTURA: A SITUAÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. , p.205-227
- 
- \_\_\_\_\_. and PAULILO, Maria Ignez. As agriculturas do sul do Brasil. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 171-174. ISSN 0104-026X. doi: 10.1590/S0104-026X2004000100009.
- BRITO, MARIA NOEMI CASTILHOS. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 291-298. ISSN 0104-026X. doi: 10.1590/S0104-026X2001000100017.
- CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo (1997). *Exodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos*. Rio de Janeiro. IBGE/IPEA.
- CAZELLA, A. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS: NEAD: PGDR, UFRGS, 2004.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n., p.11-22, 12 dez. 1994.
- COMSOL. **Cooperativa de comercialização solidária**. Canoinhas: Ecovida, 2007. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA008>>. Acesso em 2010 )
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 175-204.



DELGADO, Nelson Giordano et al. **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS**. Rio de Janeiro: IICA, 2007.

DELEUZE; GUATTARI. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1995

Del Priore, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DOMINGUES, Eliane. **Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicol. estud.* [online]. 2007, vol.12, n.3, pp. 573-582. ISSN 1413-7372**

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANJOS, Gabriele dos. **Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. *Cad. Pagu* [online]. 2008, n.31, pp. 509-534**

GARCIA, M.A. **O GÊNERO DA MILITÂNCIA: NOTAS SOBRE AS POSSIBILIDADES DE UMA OUTRA HISTÓRIA DA AÇÃO POLÍTICA** *cadernos pagu* (8/9) 1997: pp.319-342.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2003. Tese de doutorado - Unesp, Presidente Prudente, 2003.

Golçalves, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, Jul/Dez. 2009**

HANNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Ed. Mulheres/Edunisc, 2003.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 21 de jun. 2008.

ICEPA. **Diagnóstico da Exclusão Social em SC – “Mapa da Fome”**. Disponível em : <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/todas.htm>>. Acesso: 21 jun. 2008.

INCRA, Instituto Nacional De Colonização E Reforma AGRÁRIA. **II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA**. Brasília: 2004.

KARAM, Karen Follador. **A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 303-320.

KRONBAUER, José Fernando Dresch and MENEGHEL, Stela Nazareth. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro**. Rev. Saúde Pública [online]. 2005, vol.39, n.5, pp. 695-701

LAVINAS, Lena. Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete. **Dados**, Rio de Janeiro, 2 fev. 1997.

LAMARCHE, H (coord.) **Agricultura familiar: comparação internacional - do mito à realidade**. Campinas: Unicamp, 1993.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Unicamp, 2004.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social. **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**. Brasília: Mds, 2003. Disponível em: <[http://www.paa.sc.gov.br/manual\\_2004.pdf](http://www.paa.sc.gov.br/manual_2004.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2010.

OLIVEIRA, Susana A. de. Gênero: intersecções na Guerra do Contestado. In: SIMÕES, Luzinete; FUNCK, Susana Bornéo. **Saberes e fazeres de gênero: Entre o local e o global**. Florianópolis: Ufsc, 2006. p. 117-127.

PAVAN, Dulcinéia. As Marias Sem Terras: trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão - SP - 1985/1996. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PAULILO, M.I. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003. p. 183-210.

\_\_\_\_\_. O peso do trabalho leve. **Revista ciência hoje**, Departamento de Ciências Sociais - UFSC, n° 28, 1987. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&lr=&q=%22O+peso+do+trabalho+leve%22&btnG=Pesquisar&lr=>>. Acesso em: 12 de Set. 2008.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RODRIGUES, Almir Sandro. **A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM NOVO SINDICALISMO EM CONSTRUÇÃO CURITIBA 2004**. 2004. 1111 f. Dissertação (Mestrado) - Ufpr, Curitiba, 2004.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2007, vol.15, n.2, pp. 437-443

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 321-330

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto Dos; MAYER, Paulo Henrique. A experiência da REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA no sul do Brasil. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Eeee, n., p.180-184, 2007. Disponível em: <http://www.aba->

agroecologia.org.br/ojs2/index.php?journal=rbagroecologia&page=index>. Acesso em: 21 out. 2010.

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios Rurais**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=470>>. Acesso em: 12 set. 2008.

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano territorial de desenvolvimento rural do Planalto Norte**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=470>>. Acesso em: 12 set. 2008.

SCHNEIDER, S. A abordagem do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n° 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2007

SILVA, C. B. de C e. **Pluriatividade e relações de gênero na Agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Silva, C. B. RELAÇÕES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES NO DEVIR MST. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 269-287, janeiro-abril/2004

STROPASOLAS, V. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: UFSC, 2006.

---

Desenvolvimento rural para quem? Os desafios para a inclusão dos excluídos na ação extensionista. *Revista Grifos Unochapecó* n° 2021, 2008. p. 9-48.

---

. O valor (do) casamento na agricultura familiar. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 253-267.

TABAK, Fanny, e TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

**9. ANEXO: Questionários****Questionário 1– Representantes Poder Público****1.0- Dados Pessoais**

1.1 Nome:

1.2 Idade: 1.3 Sexo: F ☐ M ☐

1.4 Cor ou etnia:

1.5 Escolaridade:

1.6 Profissão:

3.0 Participa de alguma organização?

Sindicato ☐ cooperativa ☐ partido político ☐ Associação ☐ movimento ☐

Qual? \_\_\_\_\_

4.0 Onde vive atualmente?

Urbano ☐ Rural ☐

5.0 Já foi morador da zona rural?

S ☐ N ☐

6.0 O que acha do espaço rural em sua cidade? Descreva

6.1 Como acha que o espaço rural de sua cidade vai estar daqui a 10 anos?

6.2 Como gostaria de ver o lugar daqui a 10 anos?

7.0 Onde acha prioritário realizar investimentos no rural?

familiar? 8.0 Quais são as atividades no rural que geram renda para a agricultura

8.1 Quais são os atores que se envolvem? Descreva-os

9.0 Quais são as atividades em que as mulheres mais se envolvem? Elas possuem autonomia nessas atividades?

9.1 Qual a etnia ou cor das mulheres citadas acima?

9.2 Quais atividades são exclusivas das mulheres? Geram renda?

10) Quais trajetórias as mulheres do espaço rural podem seguir?

10.1) Quais trajetórias/ oportunidades os jovens rurais em geral podem seguir?

10.2) O que acha de ter mulheres envolvidas em política?

10.3) Como é envolvimento político das mulheres rurais na política?

O entrevistado pode apresentar um argumento para a resposta acima?

10.4) Quais formas de engajamento político existem entre as mulheres rurais?

12) O que existe em sua memória sobre a Guerra do Contestado?

12.1) Para você como foi o envolvimento das mulheres durante o Contestado?

12) O que existe em sua memória sobre a Guerra do Contestado?

12.1) Para você como foi o envolvimento das mulheres durante o Contestado?

12.2) O que conhece sobre os rituais e crenças ligados aos Monge(s)

## **Questionário 2: Lideranças, agricultores(as)**



**1.0) Dados Pessoais**

1.1) Nome:

1.2) Idade:

1.3) Sexo: F

M

1.4) Cor ou etnia:

1.5) Escolaridade:

1.6) Profissão

2.0) Quais as principais atividades que realiza no dia-a-dia?

2.1) Quais as atividades que geram renda? Como os membros da família se envolvem em cada atividade?

2.2) Qual a principal fonte de renda?

2.3) Como são tomadas as decisões em relação a renda?

2.4) Quais são as atividades de lazer e cultura?

2.5) Algum membro da família trabalha fora? Onde?

3.0) Participa de alguma organização?

Cooperativa  \_\_\_\_\_ Partido político  \_\_\_\_\_Associação  \_\_\_\_\_ Movimento  \_\_\_\_\_Sindicato  \_\_\_\_\_

4.0 Quais são as possibilidades de trabalho para as mulheres ?

4.1 Quais são as possibilidades de trabalho para os jovens?

4.2 Qual futuro vê para as mulheres jovens?

4.3 Como é a participação das mulheres na comunidade?

4.4 Qual o papel da mulher na comunidade/ sociedade?

5.0) Quais são as dificuldades para mulheres participarem de organizações e grupos?

5.1) O que acha de uma mulher que se envolve na política?

6.0) O que acha de viver no rural?

6.1) Onde acha prioritário realizar investimentos no rural?

7.0) Qual o planejamento de futuro? Como acha que vai estar daqui a 10 anos?

7.1) Quais atividades acha que vai estar fazendo?

7.2) Onde acha que vai estar morando?

7.3) Qual sonho de futuro?

8.0) Como acha que o lugar vai estar daqui a 10 anos?

8.1) Como gostaria de ver o lugar daqui a 10 anos?

9.0) Qual a sua religião?

9.1) Qual a religião dos outros membros do grupo familiar?

10) Participa de algum programa do governo? Qual?

11.0) Qual a relação da comunidade com o resto do município?

11.1) É possível conhecer a propriedade?

11.2) O que a família geralmente precisa comprar fora?

12.0) Histórico da comunidade:

12.1) Quem foram os primeiros moradores?

12.2) Quais atividades realizavam?

12.3) Quais atividades as mulheres realizavam?

13.0) Retomar o a guerra do contestado.

13.1) conhece a história?

13.2) Qual foi a participação das mulheres?